

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	89
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	69.351.362	67.328.198
1.01	Ativo Circulante	6.255.535	3.175.953
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.690.279	1.589.768
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.898.489	105.555
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.869.609	64.399
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	40.989	28.184
1.01.02.01.03	Títulos Designados a VJ por Meio do Resultado	1.078.482	36.215
1.01.02.01.06	Ações	750.138	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	28.880	41.156
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	28.880	41.156
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.666.767	1.480.630
1.01.08.03	Outros	1.666.767	1.480.630
1.01.08.03.01	Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários	253.897	238.286
1.01.08.03.02	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-724	-2.666
1.01.08.03.03	Direitos Recebíveis	26.444	23.445
1.01.08.03.04	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-5.053	-16.949
1.01.08.03.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Receber	610.568	260.970
1.01.08.03.06	Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	574.253	515.240
1.01.08.03.07	Devedores por depósitos em garantia	5.023	4.991
1.01.08.03.20	Outros	202.359	457.313
1.02	Ativo Não Circulante	63.095.827	64.152.245
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	46.995.824	47.746.697
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	36.015.233	35.842.106
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	297.520	351.261
1.02.01.01.03	Títulos Designados a VJ por Meio do Resultado	3.440.895	5.260.651
1.02.01.01.04	Ações	30.307.647	28.086.586
1.02.01.01.06	Cotas de Fundos de Investimento	1.611.440	1.802.472
1.02.01.01.07	Instrumentos financeiros derivativos	357.731	341.136
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.513.075	5.978.101
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.513.075	5.978.101
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.523.616	4.629.449
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.523.616	4.629.449
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.943.900	1.297.041
1.02.01.09.03	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.004.448	463.137
1.02.01.09.04	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-2.865	-5.182
1.02.01.09.05	Direitos recebíveis	134.577	66.890
1.02.01.09.06	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-25.718	-48.357
1.02.01.09.07	Incentivos fiscais	214.894	214.894
1.02.01.09.09	Devedores por depósitos em garantia	618.564	605.659
1.02.02	Investimentos	16.100.003	16.405.548
1.02.02.01	Participações Societárias	16.100.003	16.405.548
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	16.100.003	16.405.548

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	69.351.362	67.328.198
2.01	Passivo Circulante	2.214.351	1.451.395
2.01.03	Obrigações Fiscais	131.630	36.541
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	131.630	36.541
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	106.195	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições	25.435	36.541
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.937.831	1.144.752
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.994	107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.994	107
2.01.04.02	Debêntures	1.927.837	1.144.645
2.01.05	Outras Obrigações	143.341	269.123
2.01.05.02	Outros	143.341	269.123
2.01.05.02.04	Passivo atuarial - FAPES	11.071	10.736
2.01.05.02.05	Passivo atuarial - FAMS	9.355	10.945
2.01.05.02.09	Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	76.000	96.000
2.01.05.02.19	Diversas	46.915	151.442
2.01.06	Provisões	1.549	979
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.549	979
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.008	979
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	541	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.782.053	4.443.551
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.224.754	2.910.040
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	503.221	500.388
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	503.221	500.388
2.02.01.02	Debêntures	1.721.533	2.409.652
2.02.02	Outras Obrigações	444.007	442.660
2.02.02.02	Outros	444.007	442.660
2.02.02.02.03	Passivo atuarial - FAPES	239.822	243.163
2.02.02.02.04	Passivo atuarial - FAMS	181.573	176.885
2.02.02.02.07	Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	22.612	22.612
2.02.04	Provisões	1.113.292	1.090.851
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.113.292	1.090.851
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.943	12.552
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.100.349	1.078.299
2.03	Patrimônio Líquido	63.354.958	61.433.252
2.03.01	Capital Social Realizado	60.344.504	60.344.504
2.03.01.01	Capital Social	60.344.504	60.344.504
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.963.191	-4.118.948
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.188.237	4.334.426
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	714.618	869.420
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	70.790	3.850

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	214.971	-32.966
3.01.01	Dividendos	8.745	28.339
3.01.02	Juros sobre capital próprio	0	2.931
3.01.03	Resultado com alienações de títulos de renda variável	446.114	316.407
3.01.05	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-171.030	-317.167
3.01.06	Resultado com fundos de investimento em participações societárias	-68.858	-63.476
3.03	Resultado Bruto	214.971	-32.966
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.153.984	-1.545.669
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-155.742	-153.620
3.04.02.01	Provisão para contingências trabalhistas	-23.011	-11.049
3.04.02.02	Remuneração da diretoria e conselheiros	-89	-67
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-72.361	-77.002
3.04.02.05	Despesas com tributos	-54.991	-9.197
3.04.02.06	Atualização monetária de ativos - SELIC	15.878	-19.094
3.04.02.07	Despesas Administrativas	-23.416	-25.358
3.04.02.20	Diversas	2.248	-11.853
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.698	0
3.04.04.01	Participações societárias	4.698	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.121.944	-1.651.037
3.04.05.02	Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	-3.121.944	-1.651.037
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	119.004	258.988
3.04.06.01	Receita de equivalência patrimonial	679.252	665.051
3.04.06.02	Despesa de equivalência patrimonial	-560.248	-406.063
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.939.013	-1.578.635
3.06	Resultado Financeiro	419.570	273.330
3.06.01	Receitas Financeiras	538.634	621.521
3.06.01.01	Receitas de operações de crédito	10.430	52.889
3.06.01.02	Títulos e valores mobiliários	528.204	566.013
3.06.01.04	Comissões e prêmios	0	2.619
3.06.02	Despesas Financeiras	-119.064	-348.191
3.06.02.01	Encargos financeiros referentes a emissão de debêntures	-141.647	-145.266
3.06.02.02	Encargos financeiros referentes a obrigações perante o BNDES	-11.662	-43.074
3.06.02.04	Encargos financeiros referente a obrigações com a Sec. Tes. Nacional	0	-62.555
3.06.02.05	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	34.245	-97.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.519.443	-1.305.305
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	675.200	414.330
3.08.01	Corrente	-209.259	-179.274
3.08.02	Diferido	884.459	593.604
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.844.243	-890.975
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.844.243	-890.975
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.99.01.01	ON	-1.844.243,00000	-890.975,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1.844.243,00000	-890.975,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.844.243	-890.975
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.765.949	-559.401
4.02.01	Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	4.153.058	-582.425
4.02.02	Ajuste a Valor Justo de Títulos de Coligadas	-9.532	-28.957
4.02.03	Ganhos ou perdas atuariais próprias	3.753	44.809
4.02.04	Realização do Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	-289.716	-76.958
4.02.05	Ajuste Acumulado de Conversão de Coligadas	-154.801	101.876
4.02.07	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	63.187	-17.746
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.921.706	-1.450.376

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	805.479	564.919
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	781.281	659.479
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.519.443	-1.305.305
6.01.01.02	Constituição (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável	-34.245	97.296
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	23.011	11.049
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	-123.702	-258.988
6.01.01.06	Depreciação	1.220	2.147
6.01.01.10	Constituição da provisão para ajuste de investimentos	3.121.944	1.651.037
6.01.01.11	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	171.030	317.167
6.01.01.14	Atualização monetária de debêntures	141.466	145.076
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	24.198	-94.560
6.01.02.01	Diminuição (Aumento) líquido em créditos por venda a prazo de TVM e direitos recebíveis	-632.156	-138.250
6.01.02.02	Diminuição (Aumento) líquido de títulos e valores mobiliários	1.046.217	-22.425
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	-167.814	-304.542
6.01.02.04	Aumento (diminuição) líquida nas obrigações por empréstimos e repasses	12.720	1.033.780
6.01.02.06	Aumento (diminuição) líquida nas demais contas do passivo	-174.667	-312.431
6.01.02.08	IR e CSLL pagos	-60.102	-316.788
6.01.02.09	Juros pagos de empréstimos e repasses	0	-33.904
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	341.425	417.747
6.02.01	Venda de ativos de investimentos	0	332.111
6.02.02	Compra de ativos de investimentos	-13.652	-42.766
6.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	355.077	128.402
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-46.393	-924.240
6.03.02	Aumento (redução) líquido de obrigações por emissões de debêntures	-46.393	-924.240
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.100.511	58.426
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.589.768	69.311
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.690.279	127.737

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.344.504	0	0	-4.118.948	5.207.696	61.433.252
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.344.504	0	0	-4.118.948	5.207.696	61.433.252
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.844.243	3.765.949	1.921.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.844.243	0	-1.844.243
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.765.949	3.765.949
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.853.549	5.853.549
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.990.207	-1.990.207
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	53.655	53.655
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-154.801	-154.801
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	3.838	3.838
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-85	-85
5.07	Saldos Finais	60.344.504	0	0	-5.963.191	8.973.645	63.354.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	60.344.504	92.993	5.445.468	0	226.310	66.109.275
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	60.344.504	92.993	5.445.468	0	226.310	66.109.275
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-890.975	-559.401	-1.450.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-890.975	0	-890.975
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-559.401	-559.401
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-999.065	-999.065
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	339.682	339.682
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-46.703	-46.703
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	101.876	101.876
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	45.637	45.637
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-828	-828
5.07	Saldos Finais	60.344.504	92.993	5.445.468	-890.975	-333.091	64.658.899

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	812.699	685.057
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	538.634	621.521
7.01.02	Outras Receitas	239.820	160.832
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	34.245	-97.296
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.327.988	-2.188.238
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-187.091	-517.959
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.953	-19.242
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.121.944	-1.651.037
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.515.289	-1.503.181
7.04	Retenções	-1.220	-2.147
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.220	-2.147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.516.509	-1.505.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.749	290.258
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	119.004	258.988
7.06.03	Outros	8.745	31.270
7.06.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	8.745	31.270
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.388.760	-1.215.070
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.388.760	-1.215.070
7.08.01	Pessoal	61.897	66.616
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.502	45.219
7.08.01.02	Benefícios	16.712	17.469
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.668	3.887
7.08.01.04	Outros	15	41
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-609.657	-394.680
7.08.02.01	Federais	-611.223	-396.874
7.08.02.03	Municipais	1.566	2.194
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.243	3.969
7.08.03.02	Aluguéis	3.243	3.969
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.844.243	-890.975
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.844.243	-890.975

Comentário do Desempenho**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2016****Senhor acionista e demais interessados:**

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações trimestrais da BNDES Participações S.A. relativas ao 1º trimestre de 2016. As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e das normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da BNDESPAR nos períodos indicados:

Comentário do Desempenho



R\$ milhões, exceto percentuais

Resultado	1T/16	1T/15	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	(2.783)	(1.425)	95,3
Resultado com Operações Financeiras	420	273	53,8
Outras despesas operacionais, líquidas	(156)	(154)	1,3
Tributação sobre o Lucro	675	415	62,7
(Prejuízo) Lucro Líquido (LL)	(1.844)	(891)	107,0
Resultado líquido, excluída a marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a participações acionárias	1T/16	1T/15	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	(2.612)	(1.108)	135,7
Tributação sobre o Lucro	617	390	58,2
(Prejuízo) Lucro Líquido Ajustado 1 (LLA1)	(1.731)	(599)	188,9
Resultado líquido, excluídas as perdas por impairment na Petrobras			
Resultado com Participações Societárias (RPS)	(215)	(1.425)	(84,9)
Tributação sobre o Lucro	(198)	415	(147,7)
(Prejuízo) Lucro Líquido Ajustado 2 (LLA2)	(149)	(891)	(83,3)
Balanco Patrimonial	MAR / 16	DEZ / 15	Evolução %
Ativo Total (AT)	69.351	67.328	3,0
Caixa e equivalente de caixa	2.690	1.590	69,2
Títulos e Valores Mobiliários 1/	10.758	12.037	(10,6)
Outros Créditos	7.134	7.406	(3,7)
Participações Societárias 2/ (PS)	48.769	46.295	5,3
Obrigações por emissão de debêntures	3.649	3.554	2,7
Obrigações por repasses	513	500	2,6
Outras Obrigações	1.834	1.841	(0,4)
Patrimônio Líquido (PL)	63.355	61.433	3,1
Indicadores Financeiros (%)	MAR / 16	DEZ / 15	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	91,35%	91,24%	
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	70,32%	68,76%	
Rentabilidade	1T/16	1T/15	
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio) 3/	-3,14%	-1,16%	
Retorno s/ PL (LL / PLmédio) 4/	-3,29%	-1,36%	
Result. de Partic. Societ./ Participações Societárias (RPS / PS médio) 5/	-7,32%	-2,59%	

^{1/} Exclui participações em não coligadas e Fundos de Renda Variável

^{2/} Inclui participações em coligadas (investimentos), em não coligadas (TVM) e Fundos de Renda Variável

^{3/} ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2, excluído o AVM de não coligadas.

^{4/} PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2, excluído o AVM de não coligadas.

^{5/} PSmédio = (PS inicial + PS final) / 2, excluído o AVM de não coligadas

Comentário do Desempenho



RESULTADO

A BNDESPAR apurou **prejuízo** de R\$ 1.844 milhões no 1T/16, um decréscimo de R\$ 953 milhões em relação ao prejuízo de R\$ 891 milhões no 1T/15. Esta redução no resultado é explicada pelo registro de *impairment* no 1T/16 no montante de R\$ 3.122 milhões.

O principal *impairment* registrado no 1T/16, de R\$ 2,6 bilhões (líquido de tributos = R\$ 1,7 bilhão), advém do investimento na Petrobras. Uma vez registrado o *impairment*, sempre que o preço da ação cair abaixo do valor utilizado para o cálculo do *impairment* anterior, a despesa deve ser complementada, o que foi o caso do investimento na Petrobras. Desconsiderado este efeito, o prejuízo da BNDESPAR no 1T/16 seria de R\$ 149 milhões.

Como sempre ocorre no caso de *impairment* de ações classificadas como “TVM disponível para venda”, vale ressaltar que as variações positivas ou negativas dos respectivos valores de mercado são mensalmente refletidas no ativo da BNDESPAR, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido denominada “ajuste de avaliação patrimonial”. Desta forma, o registro do *impairment* se dá pela mera transferência da desvalorização já registrada para “lucros (prejuízos) acumulados”, via resultado do exercício, sem efeito no ativo e patrimônio líquido totais.

Outro aspecto a destacar é que as variações positivas ou negativas no valor justo não representam ganhos ou perdas efetivos, mas sim um impacto econômico não realizado financeiramente. A perda efetiva só se dará quando da realização do ativo, o que normalmente se dá pela sua venda.

O **resultado de participações societárias** apresentou redução de 1.358 milhões (95,3%) entre o 1T/16 e 1T/15. Os principais fatores que influenciaram este decréscimo foram:

▼ Perdas por *Impairment* no valor de R\$ 3.122 milhões no 1T/16 (R\$ 1.651 milhões no 1T/15). As perdas por *impairment* foram constituídas em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de *impairment* identificadas. O total registrado decorre substancialmente da carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, cujo valor justo foi apurado com base no valor de mercado das ações e resultaram do declínio significativo do valor justo de algumas participações em relação aos respectivos custos de aquisição; e

▼ Resultado de equivalência patrimonial – redução de R\$ 140 milhões, refletindo o desempenho das empresas que compõem a carteira de coligadas da BNDESPAR, com destaque para JBS, COPEL, Brasileira e Fibria. No 1T/16, o resultado de equivalência nestas empresas totalizou R\$ 196 milhões, em contrapartida a um total de R\$ 367 milhões no 1T/15.

Atenuados por:

▲ Resultado com derivativos - aumento de R\$ 146 milhões, refletindo a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos:

Comentário do Desempenho



derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis; e

▲ Resultado com alienação de TVM – acréscimo de R\$ 130 milhões refletindo as oportunidades de desinvestimentos em cada período.

O **resultado com operações financeiras** foi positivo em R\$ 420 milhões, acréscimo de R\$ 147 milhões em relação ao 1T/15, em virtude basicamente da redução das despesas com operações financeiras em R\$ 98 milhões, por conta da liquidação de obrigações com a STN no 4T/15.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

O **ativo total** da BNDESPAR atingiu o montante de R\$ 69.351 milhões em 31/3/16, um acréscimo de R\$ 2.023 milhões (3,0%) em relação a 31/12/15.

O principal responsável por este acréscimo foi a valorização da **carteira de participações societárias** mensuradas ao valor justo (não-coligadas) cujo efeito foi de R\$ 3.192 milhões (R\$ 2.107 milhões, líquido de impostos), registrado em contrapartida à rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido.

O saldo de **debêntures** reduziu R\$ 1.295 milhões por conta basicamente de operação de conversão de debêntures em ações; e venda a prazo de debêntures de empresa do ramo agroindustrial.

Os **créditos tributários** totalizaram R\$ 3.524 milhões em 31/3/16, uma redução de R\$ 1.105 milhões (23,9%) em relação a 31/12/15, decorrente de: (i) recuperação do valor justo da carteira de ações disponíveis para venda; e (ii) reversão de R\$ 215 milhões face à insuficiência de lucros tributáveis futuros.

Em relação à **estrutura de capital**, as debêntures emitidas são no momento a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR (5,3% do passivo total em 31/3/16), seguida pelo BNDES (0,7%).

O **patrimônio líquido** da BNDESPAR em 31/3/16 era de R\$ 63.355 milhões e apresentou acréscimo de R\$ 1.922 milhões (3,1%) no trimestre. Este aumento deveu-se basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial positivo no valor de R\$ 3.766 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381 DE 14/1/03

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A BNDESPAR (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1982, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

1.2) Objetivos atuais

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar a reestruturação da indústria através de fusões e aquisições;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de “*private equity*”; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo com as práticas contábeis internacionais (“*IFRS*”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“*IASB*”).

As informações trimestrais da BNDESPAR foram aprovadas para emissão pela Diretoria, em 3 de maio de 2016.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período e exercício apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1) Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado, que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações trimestrais, estão evidenciadas nas Notas Explicativas n.º 5.3 (debêntures), n.º 7 (venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis), n.º 9.3 (ações disponíveis para venda), n.º 13 (provisões trabalhistas e cíveis) e n.º 17 (benefícios a empregados).

3.2) Investimento em coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR possui poder de participar nas decisões financeiras e operacionais (“influência significativa”), sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando a BNDESPAR possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação da BNDESPAR nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as informações trimestrais das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações trimestrais de mesma data base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada, e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração das informações trimestrais, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

As informações trimestrais das coligadas são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência entre as suas práticas contábeis e as adotadas pela BNDESPAR.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada (“investimento líquido”), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) pela BNDESPAR e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da BM&FBovespa, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

O sumário das informações financeiras das coligadas está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

3.3) Segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Administração.

3.4) Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera. As informações trimestrais são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

3.5) Ativos financeiros

3.5.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia esta classificação por ocasião dos balanços semestrais ou anuais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo (nessa categoria estão classificados, principalmente, títulos); ou no reconhecimento inicial forem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros administrados em conjunto e possuir em padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou forem um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de *hedge* contábil.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e/ou passivos financeiros, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outras receitas/despesas operacionais”, na demonstração do resultado.

- A BNDESPAR fez a opção pela designação a valor justo através do resultado para o seguinte tipo de instrumento financeiro:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Debêntures com opção de conversão ou permuta em ações

Parte da carteira de debêntures possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa. Para determinadas debêntures com opção de conversão ou permuta, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação na data de transição e no reconhecimento inicial, quando aplicável, como ao valor justo por meio do resultado, sem que as debentures e os derivativos embutidos fossem segregados.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução no valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples representam apoio financeiro e são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Administração tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são registrados ao valor de custo amortizável utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução no valor recuperável, sendo a receita reconhecida com base na remuneração efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, cotas de fundos de investimento, ações de companhias abertas e fechadas e debêntures.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução no valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho e a perda acumulados anteriormente e reconhecidos na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

3.5.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado a qual é reconhecida como a data de liquidação.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de origem reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de origem.

3.5.3) Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias de disponíveis para venda e de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e de mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e para alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de origem e outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução no valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução no valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda no seu valor recuperado.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.5.4) Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

3.5.5) Reclassificações de ativos financeiros:

(a) De disponíveis para venda para mantidos até o vencimento

Não há condicionante desde que atenda os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(b) De mantidos até o vencimento para disponíveis para venda

Em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação.

Caso ocorra uma reclassificação, exceto nos casos acima mencionados, todos os instrumentos classificados na categoria de mantidos até o vencimento serão reclassificados para a categoria de disponíveis para venda. Além disso, novos instrumentos não serão classificados nesta categoria durante o exercício da referida reclassificação e nos dois exercícios subsequentes.

(c) De mantidos para negociação para mantidos até o vencimento

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(d) De mantidos para negociação para disponíveis para venda

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação.

(e) De mantidos para negociação para empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(f) De disponíveis para venda para empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que foram classificados inicialmente para esta categoria e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

A BNDESPAR não reclassifica instrumentos financeiros de outras categorias para a categoria de mantidos para negociação, nem para designados ao valor justo através do resultado, assim como não reclassifica instrumentos financeiros designados inicialmente a valor justo através do resultado para outra categoria.

Não houve reclassificações de ativos financeiros no período.

3.5.6) Redução no valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está reduzido ao valor recuperável e são incorridas perdas por redução no valor recuperável caso exista a evidência objetiva de redução no valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de redução no valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução no valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
- Perda das garantias contratuais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito, sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos, e a qualquer evento extraordinário no mercado em que a Administração julgue como perda do valor recuperável do ativo.

A BNDESPAR avalia primeiro se existe evidência objetiva de redução no valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de redução no valor recuperável, este é incluído em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais haja uma perda por redução no valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou remota.

Para fins de avaliação coletiva de redução no valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução no valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução no valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta redutora. O montante de reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda esteja sujeito à perda no valor recuperável.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para os títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Para os títulos patrimoniais, além dos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidências objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. No âmbito do Sistema BNDES, a definição de “declínio significativo ou prolongado do valor justo abaixo do custo” leva em consideração as características de atuação da BNDESPAR e o perfil da sua carteira de participações acionárias, compatíveis com seu papel institucional de subsidiária de um banco de desenvolvimento, que normalmente a distingue das demais organizações por fatores como longo prazo de maturação dos investimentos, ausência de pressão para liquidação (estabilidade do seu *funding*), atuação anticíclica em momentos de maior aversão ao risco e operações de apoio via instrumentos de renda variável em linha com as diretrizes e políticas institucionais do BNDES. Adicionalmente, o julgamento também considera informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, tais como desempenho do setor, mudanças na tecnologia, fluxo de caixa operacional e financeiro, liquidez das ações e volatilidade.

Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução no valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período.

As perdas por redução no valor recuperável reconhecidas no resultado para um investimento em um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas subsequentemente por meio do resultado, enquanto que, no caso de um título de dívida, se seu valor justo aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, esta perda é revertida por meio do resultado.

A análise do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais efetuada pela BNDESPAR, em 31 de março de 2016, está descrita nas Notas Explicativas n.º 9.2.2 e n.º 9.3.1.

3.6) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.6.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao custo amortizado.

Na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos, basicamente, instrumentos financeiros derivativos.

Na categoria de mensurados ao custo amortizado estão inclusas as obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

3.6.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria mensurados ao custo amortizado são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

3.6.3) Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

3.6.4) Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

3.7) Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.8) Instrumentos financeiros derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando adequar sua composição de ativos e passivos financeiros, gerenciar o perfil de produtos e atender quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando a eficiência na gestão financeira. A BNDESPAR não utiliza derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto. Outros derivativos são apresentados com ativos e passivos correntes.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de aplicações financeiras. Tais derivativos, quando aplicável, podem ser segregados dos contratos principais e classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, ou todo o contrato é classificado nesta categoria.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.9) Classes de instrumentos financeiros

A BNDESPAR classifica seus instrumentos financeiros em classes de acordo com a natureza e características desses instrumentos. Vide abaixo as classes definidas:

A) Ativos Financeiros

A-1) Mensurados ao valor justo através do resultado:

A-1.1) Mantidos para negociação: Aplicações em operações compromissadas
Instrumentos financeiros derivativos;

A-1.2) Designado ao valor justo através do resultado: Debêntures

A-2) Empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa
Venda a prazo de TVM;
Direitos recebíveis;
Dividendos e JCP a receber; e
Debêntures;

A-3) Disponíveis para venda: Ações e Bônus de Subscrição;
Cotas de fundos de investimentos; e

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

B) Passivos Financeiros

B-1) Mensurados ao valor justo através do resultado: instrumentos financeiros derivativos

B-2) Mensurados ao Custo amortizado:

B-2.1) Captações: Debêntures;
Repasse BNDES

B-2.2) Outros Passivos financeiros.

3.10) Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.11) Redução no valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução no valor recuperável. Os ativos são revisados para a verificação de redução no valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O ágio apurado na aquisição de coligada é testado por redução no valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução no valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório.

3.12) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

3.13) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.14) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 e na Deliberação CVM n.º 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- **Passivos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- **Provisão:** São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
risco médio	possível	Divulgação
risco máximo	provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas informações trimestrais da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.15) Benefícios a empregados

(a) Plano de aposentadoria complementar

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

(b) Plano de assistência médica

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(c) Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

(d) Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada.

3.16) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, os tributos são reconhecidos diretamente no patrimônio.

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. Os tributos são determinados usando alíquotas (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferido passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes de reavaliação de certos ativos e passivos financeiros incluindo contratos de derivativos, provisões para planos de pensão e outras e benefícios pós-emprego; e em relação a aquisições a diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária seja revertida em um futuro previsível.

Se resultarem ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando relacionados com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, são também creditados ou debitados ao patrimônio líquido, e subsequentemente são reconhecidos no resultado junto com os ganhos e as perdas que foram diferidos em outros resultados abrangentes quando de sua realização.

3.17) Capital social**Dividendos de ações ordinárias**

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Aplicações em operações compromissadas	2.690.279	1.589.768
	2.690.279	1.589.768

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

5.1) Composição por categoria, natureza e prazo de vencimento.

	31/03/2016							Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Livres:								
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
Designados								
Privados:								
Debêntures	-	42.527	1.035.955	1.246.104	1.818.542	376.249	-	4.519.377
	-	42.527	1.035.955	1.246.104	1.818.542	376.249	-	4.519.377
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
Públicos:								
Ações	13.239.245	-	-	-	-	-	-	13.239.245
Privados:								
Ações	17.818.540	-	-	-	-	-	-	17.818.540
Debêntures	-	40.989	-	297.520	-	-	-	338.509
Cotas de fundos de investimento	1.611.440	-	-	-	-	-	-	1.611.440
	32.669.225	40.989	-	297.520	-	-	-	33.007.734
Empréstimos e recebíveis								
Público:								
Debêntures	-	-	28.917	98.861	127.716	942.725	-	1.198.219
Privados:								
Debêntures	-	-	-	580.772	1.976.967	1.837.382	-	4.395.121
	-	-	28.917	679.633	2.104.683	2.780.107	-	5.593.340
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	344.569	13.162	-	357.731
	32.669.225	83.516	1.064.872	2.223.257	4.267.794	3.169.518	-	43.478.182
Provisão para redução no valor recuperável								
Debêntures – setor público								(2.508)
Debêntures – setor privado								(48.877)
								(51.385)
Total								43.426.797
Circulante								1.898.489
Não-circulante								41.528.308
Total								43.426.797

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2015							Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Livres:								
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
Designados								
<i>Privados:</i>								
Debêntures	-	-	36.215	2.674.989	2.201.348	384.314	-	5.296.866
	-	-	36.215	2.674.989	2.201.348	384.314	-	5.296.866
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
<i>Públicos:</i>								
Ações	10.124.915	-	-	-	-	-	-	10.124.915
<i>Privados:</i>								
Ações	17.961.671	-	-	-	-	-	-	17.961.671
Debêntures	-	28.184	-	-	351.261	-	-	379.445
Cotas de fundos de investimento	1.802.472	-	-	-	-	-	-	1.802.472
	29.889.058	28.184	-	-	351.261	-	-	30.268.503
Empréstimos e recebíveis								
<i>Público:</i>								
Debêntures	-	-	41.156	112.371	104.117	938.058	-	1.195.702
<i>Privados:</i>								
Debêntures	-	-	-	661.554	2.335.076	1.873.833	-	4.870.463
	-	-	41.156	773.925	2.439.193	2.811.891	-	6.066.165
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	324.147	16.989	-	341.136
	29.889.058	28.184	77.371	3.448.914	5.315.949	3.213.194	-	41.972.670
Provisão para redução no valor recuperável								(952)
Debêntures – setor público								(45.956)
Debêntures – setor privado								(46.908)
Total								41.925.762
Circulante								105.555
Não-circulante								41.820.207
Total								41.925.762

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

	31/03/2016		31/12/2015	
	Custo	Mercado/ Contábil	Custo	Mercado/ Contábil
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado Designados				
<i>Privados:</i>				
Debêntures	5.470.639	4.519.377	6.347.508	5.296.866
	5.470.639	4.519.377	6.347.508	5.296.866
Instrumentos financeiros disponíveis para venda				
<i>Públicos:</i>				
Ações (*)	7.762.599	13.239.245	9.852.824	10.124.915
<i>Privados:</i>				
Debêntures	176.183	338.509	182.301	379.445
Ações (*)	10.829.809	17.818.540	11.656.754	17.961.671
Cotas de fundos de investimento	1.611.440	1.611.440	1.802.472	1.802.472
	20.380.031	33.007.734	23.494.351	30.268.503
Empréstimos e recebíveis				
<i>Públicos:</i>				
Debêntures	1.198.219	1.198.219	1.195.702	1.195.702
<i>Privados:</i>				
Debêntures	4.395.121	4.395.121	4.870.463	4.870.463
	5.593.340	5.593.340	6.066.165	6.066.165
Instrumentos financeiros derivativos				
	-	357.731	-	341.136
Total bruto	31.444.010	43.478.182	35.908.024	41.972.670
Provisão para redução no valor recuperável – Debêntures – Setor público	(2.508)	(2.508)	(952)	(952)
Provisão para redução no valor recuperável – Debêntures – Setor privado	(48.877)	(48.877)	(45.956)	(45.956)
Total líquido de provisão	31.392.625	43.426.797	35.861.116	41.925.762

(*) A composição dessas ações está descrita na Nota Explicativa n.º 9.3

Resumo por emissor (Valor de mercado/contábil)	31/03/2016	31/12/2015
Públicos	14.434.956	11.319.665
Privados	28.991.841	30.606.097
Total	43.426.797	41.925.762

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.3) Debêntures

As debêntures que possuem derivativos embutidos foram classificadas como instrumento financeiro designado ao valor justo por meio do resultado e as debêntures simples e debêntures participativas foram classificadas como empréstimos e recebíveis ou disponível para venda.

O valor justo das debêntures é calculado pela administração, utilizando premissas e julgamentos que, embora sejam revisados periodicamente, os valores reais podem divergir das estimativas calculadas.

	31/03/2016	31/12/2015
<i>Designadas ao valor justo através do resultado</i> ¹		
Debêntures designados ao valor justo	4.519.377	5.296.866
<i>Disponíveis para venda</i>		
Debêntures mandatoriamente conversíveis e participativas	338.509	379.445
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
Debêntures com características de concessão de crédito	5.593.340	6.066.165
Valor bruto	10.451.226	11.742.476
Provisão para redução no valor recuperável	(51.385)	(46.908)
Total	10.399.841	11.695.568
Circulante	1.148.351	105.555
Não Circulante	9.251.490	11.590.013
Total	10.399.841	11.695.568

¹vide Nota Explicativa n.º 5.4

5.3.1) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	31/03/2016	31/12/2015
Setor Público	1.198.219	1.195.702
Setor Privado		
Indústria	4.213.624	4.585.784
Outros serviços	5.039.383	5.960.990
	9.253.007	10.546.774
Total	10.451.226	11.742.476

5.3.2) Distribuição da carteira bruta por vencimento

	31/03/2016		31/12/2015
A vencer:		A vencer:	
2016	112.433	2016	105.555
2017	1.265.274	2017	1.869.190
2018	1.486.855	2018	1.579.724
2019	900.182	2019	1.170.393
2020	3.512.162	2020	3.821.409
Após 2020	3.174.320	Após 2020	3.196.205
Total	10.451.226	Total	11.742.476

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.3.3) Conciliação da movimentação da redução no valor recuperável

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(46.908)	(105.922)
Reversão (constituição) líquida *	(4.477)	(36.029)
Baixa para crédito em liquidação	-	95.043
Saldo no final do período/exercício	(51.385)	(46.908)

*O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 16.

5.3.4) Movimentação do saldo de debêntures avaliadas ao valor justo classificado no nível 3

Saldos em 31/12/2014	2.795.643	Saldos em 31/12/2015	36.215
Reclassificações de níveis	(2.565.611)	Reclassificações de níveis	-
Ganhos e perdas reconhecidos:		Ganhos e perdas reconhecidos:	
No resultado do exercício	(193.817)	No resultado do período	6.311
Saldos em 31/12/2015	36.215	Saldos em 31/03/2016	42.526

5.4) Derivativos embutidos e simples

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto, esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda por alavancagem a BNDESPAR. Foram aplicados os pronunciamentos técnicos do CPC emitidos em 2009, que tratam da matéria, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 603/2009. Dessa forma, foram aplicados o CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), o CPC 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação) e o CPC 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação), os quais requerem a mensuração e o registro, destes derivativos, a valor justo. Essas debêntures foram designadas ao valor justo através do resultado (Nota Explicativa n.º 5.3).

	31/03/2016	31/12/2015
<i>Debêntures designadas ao valor justo através do resultado</i>		
Conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	3.194.761	4.054.845
Conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.324.616	1.242.021
Total	4.519.377	5.296.866

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir:

Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	31/03/2016	31/12/2015
Opções de venda de ações (ativo)	Opção européia	Simulação de Monte Carlo	344.569	324.147
Opções de resgate de ações (ativo)	Opção européia	Árvore Binomial	13.162	16.989
			357.731	341.136

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.5) Cotas de fundos de investimento

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelos respectivos administradores na data base do balanço.

Fundo	Administrador	31/12/2015	31/12/2015
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A	351.478	339.808
- Crédito Corporativo Brasil – FIDC	Credit Suisse Brasil	133.825	295.420
- InfraBrasil – FIP	Banco Santander S.A.	116.542	123.156
- FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	120.405	124.816
- AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	139.894	179.725
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	39.938	40.043
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	3.438	3.551
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	45.065	65.217
-FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	6.578	6.604
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	14.099	14.128
- Brasil Mezanino Infra-estr. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	34.793	33.544
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	41.527	41.248
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	25.589	32.636
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	-
- CRP VII Fundo de Investimento em Participações	CRP Companhia de Participações S.A	21.233	20.926
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	5.657	5.477
-Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	102.582	102.280
- Fundo de Investimento em Participações Performa Key de Inovação em Meio Ambiente	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	33.686	43.920
- Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia	BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM	40.405	28.018
- Fundo Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	110.199	109.866
- Fundo Empreendedor Brasil	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	8.292	8.277
- Outros		216.215	183.812
Total		1.611.440	1.802.472

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6. Instrumentos financeiros

6.1) Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo	Valor justo
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	5.470.639	4.877.108	6.347.508	5.638.002
<i>Designados</i>				
Debêntures designadas	5.470.639	4.519.377	6.347.508	5.296.866
Instrumentos financeiros derivativos	-	357.731	-	341.136
Empréstimos e recebíveis	10.851.395	10.851.395	9.199.249	9.199.249
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	610.568	610.568	260.970	260.970
Caixa e equivalentes de caixa	2.690.279	2.690.279	1.589.768	1.589.768
Debêntures (*)	5.541.955	5.541.955	6.019.257	6.019.257
Venda a prazo de TVM (*)	1.254.756	1.254.756	693.575	693.575
Direitos recebíveis (*)	130.250	130.250	25.029	25.029
Devedores por depósitos em garantia	623.587	623.587	610.650	610.650
Ativos financeiros disponível para venda	20.380.031	33.007.734	23.494.351	30.268.503
Ações	18.592.408	31.057.785	21.509.578	28.086.586
Debêntures	176.183	338.509	182.301	379.445
Cotas de fundos de investimento	1.611.440	1.611.440	1.802.472	1.802.472
Total de Ativos Financeiros	36.702.065	48.736.237	39.041.108	45.105.754
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	4.261.197	4.742.015	4.173.404	4.622.786
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Obrigações por emissão de debêntures (**)	3.649.370	4.130.188	3.554.297	4.003.679
Obrigações por repasses	513.215	513.215	500.495	500.495
Outros Passivos Financeiros	98.612	98.612	118.612	118.612
Total de Passivos Financeiros	4.261.197	4.742.015	4.173.404	4.622.786

(*) valor líquido da provisão para redução ao valor recuperável

(**) O valor de mercado das debêntures emitidas pela BNDESPAR foi obtido com base nas taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6.2) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no final do período:

Ativos financeiros	31/03/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras				
Debêntures designadas	-	4.476.850	42.527	4.519.377
Debêntures disponíveis para venda	40.989	297.520	-	338.509
Ações	26.486.778	3.093.957	381.068	29.961.803
Cotas de fundos de investimento	-	570.958	-	570.958
Instrumentos financeiros derivativos	-	357.731	-	357.731
Total	26.527.767	8.797.016	423.595	35.748.378

Ativos financeiros	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras				
Debêntures designadas	-	5.260.651	36.215	5.296.866
Debêntures disponíveis para venda	28.184	351.261	-	379.445
Ações	24.054.097	2.540.433	396.074	26.990.604
Cotas de fundos de investimento	-	709.878	-	709.878
Instrumentos financeiros derivativos	-	341.136	-	341.136
Total	24.082.281	9.203.359	432.289	33.717.929

O total dos Ativos Financeiros dos quadros acima não considera o valor das ações e das cotas de fundos de investimento mensuradas ao custo de aquisição. Os saldos das ações representam R\$ 1.095.982 (R\$ 1.095.982 em 31 de dezembro de 2015) e das cotas de fundos de investimento representam R\$ 1.040.482 (R\$ 1.092.594 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:

Ativos financeiros	31/03/2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras				
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	610.568	-	610.568
Caixa e equivalentes de caixa	2.690.279	-	-	2.690.279
Debêntures - empréstimos e recebíveis	-	-	5.541.955	5.541.955
Venda a prazo de TVM	-	-	1.254.756	1.254.756
Direitos recebíveis	-	-	130.250	130.250
Devedores por depósitos em garantia	-	-	623.587	623.587
Total	2.690.279	610.568	7.550.548	10.851.395
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dividendos	-	-	-	0
Obrigações por emissão de debêntures	-	4.130.188	-	4.130.188
Obrigações por repasses	-	-	513.215	513.215
Outros Passivos Financeiros	-	-	98.612	98.612
Total	-	4.130.188	611.827	4.742.015
Ativos financeiros	31/12/2015			Total
Aplicações financeiras				
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	260.970	-	260.970
Caixa e equivalentes de caixa	1.589.768	-	-	1.589.768
Debêntures - empréstimos e recebíveis	-	-	6.019.257	6.019.257
Venda a prazo de TVM	-	-	693.575	693.575
Direitos recebíveis	-	-	25.029	25.029
Devedores por depósitos em garantia	-	-	610.650	610.650
Total	1.589.768	260.970	7.348.511	9.199.249
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dividendos	-	-	-	-
Obrigações por emissão de debêntures	-	4.003.679	-	4.003.679
Obrigações por repasses	-	-	500.495	500.495
Outros Passivos Financeiros	-	-	118.612	118.612
Total	-	4.003.679	619.107	4.622.786

Algumas debêntures classificadas como designadas a valor justo possuem opções de conversibilidade ou permuta em ações de companhias fechadas. A precificação desses derivativos embutidos ou dos derivativos isolados ligados a ações não cotadas em bolsa envolve aspectos/dificuldades relacionados à iliquidez dos mesmos. Ou seja, por serem títulos conversíveis ou permutáveis em ações de empresas fechadas e, adicionalmente em alguns casos, condicionados a um percentual futuro do capital social de uma entidade ainda não operacional, não possuem referências de preços no mercado. Em função disso, o esforço de valoração desses derivativos implica em um intervalo amplo de valores possíveis, sem que se possa determinar de forma confiável a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, sendo válida a adoção do seu custo, quando houver.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, no que se refere à parcela de crédito dessas debêntures, a possibilidade de cálculo do valor presente dos fluxos descontados não se torna confiável devido à ausência de parâmetros confiáveis de mercado, quer pela inexistência de referências válidas de preços ou de *spreads* de risco, dados necessários para o desconto a valor presente, segundo os modelos adotados atualmente.

Em função dos fatores mencionados, gerados pela especificidade das operações do Sistema BNDES, adota-se que a premissa mais confiável é a própria marcação na curva do título, visto que, o intervalo de estimativas razoáveis do valor justo é significativo e as probabilidades das várias estimativas não podem ser razoavelmente avaliadas, de acordo com o item AG81, da Deliberação CVM n.º 604/2009.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir da Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviços de precificação, ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos no Nível 1 compreendem, principalmente, ações de companhias abertas.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo das debêntures que possuem opção de conversão/permuta em ações é calculado pela projeção do fluxo do crédito de acordo com as taxas contratadas, descontando-se o fluxo projetado a valor presente por uma taxa de desconto composta por: taxa livre de risco + spread de risco de mercado;
- o valor justo de opções do tipo europeia cujos ativos objetos são negociados em bolsa de valores é calculado com base nos modelos:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(i) *Black-Scholes-Merton* sendo as principais premissas listadas abaixo:

- a. Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada trimestre;
- b. Data final: data de vencimento;
- c. Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência, podendo ser ajustado nos casos em que há oscilação significativa das cotações na data base;
- d. Preço alvo/*strike price*: projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- e. Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- f. *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;
- g. Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

(ii) Simulação de Monte Carlo;

- o valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores é calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto, determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência.

- o valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de portfólio.

O valor de mercado das debêntures emitidas pela BNDESPAR foi obtido com base em preços divulgados pela ANBIMA e pela CETIP.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	31/03/2016	31/12/2015
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.258.345	701.423
Provisão para redução no valor recuperável	(3.589)	(7.848)
	<u>1.254.756</u>	<u>693.575</u>
Direitos recebíveis	161.021	90.335
Provisão para redução no valor recuperável	(30.771)	(65.306)
	<u>130.250</u>	<u>25.029</u>
	<u>1.385.006</u>	<u>718.604</u>
Circulante	274.564	242.116
Não Circulante	1.110.442	476.488
Total	<u>1.385.006</u>	<u>718.604</u>

7.1) Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade

	31/03/2016	31/12/2015
Setor Público	186.329	181.896
Setor Privado		
Indústria	879.736	285.619
Outros serviços	353.301	324.243
	<u>1.233.037</u>	<u>609.862</u>
Total	<u>1.419.366</u>	<u>791.758</u>

7.2) Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por vencimento

	31/03/2016		31/12/2015
A vencer:		A vencer:	
2016	276.777	2015	261.731
2017	277.737	2016	272.041
2018	20.119	2017	15.617
2019	53.586	2018	47.628
2020	20.557	2019	15.661
Após 2020	770.590	Após 2019	179.080
Total	<u>1.419.366</u>	Total	<u>791.758</u>

7.3) Conciliação da movimentação da redução no valor recuperável com crédito sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		Direitos recebíveis	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do período/exercício	(7.848)	(851)	(65.306)	(606)
(Constituição) reversão líquida *	(63.116)	(283.579)	34.535	(64.700)
Baixas contra provisão	67.375	276.582	-	-
Saldo no final do período/exercício	<u>(3.589)</u>	<u>(7.848)</u>	<u>(30.771)</u>	<u>(65.306)</u>

* O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 16.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8. Devedores por depósitos em garantia

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Tais processos encontram-se com perda classificada como possível. Não obstante, os valores questionados foram integralmente depositados e, atualizados, totalizam R\$ 618.564 em 31 de março de 2016 (R\$ 605.659 em 31 de dezembro de 2015). O saldo total da rubrica nesta data é de R\$ 623.587 (R\$ 610.650 em 31 de dezembro de 2015).

9. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência significativa.

A participação societária em empresas coligadas está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica “Participação em Coligadas”, e a participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de Títulos Designados a VJ por Meio do resultado, na rubrica “Ações”, na categoria definida pelo CPC 38 como “Disponível para Venda”.

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos nas sessões a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

9.1) Composição dos saldos

	31/03/2016	31/12/2015
Investimentos – Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16.100.003	16.405.548
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Circulante	750.137	-
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Não Circulante	30.307.648	28.086.586
Total da carteira de participações societárias	47.157.788	44.492.134

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9.2) Investimentos – Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

9.2.1) Natureza e extensão das participações materiais em coligadas

Coligadas	Sede	31/03/2016				Natureza da relação com a entidade
		Quantidade (mil) de ações possuídas		Percentual de participação sobre o capital		
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Brasiliiana Part.	Barueri - SP	253.846	42.308	53,85	49,99	Apoio financeiro ao setor elétrico
COPEL	Curitiba - PR	38.299	27.282	23,96	26,41	Apoio financeiro ao setor elétrico
Fibria	São Paulo - SP	161.083	-	29,10	29,10	Apoio financeiro ao setor de papel e celulose
Granbio	São Paulo - SP	15.094	-	15,00	15,00	Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde)
JBS	São Paulo - SP	581.661	-	21,31	21,31	Apoio financeiro ao setor de alimentos
Tupy	Joinville - SC	40.645	-	28,19	28,19	Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia

Embora participe com 53,85% do capital social da Brasiliiana Part., a BNDESPAR não possui mais da metade do seu capital votante e não governa as políticas operacionais e financeiras desta coligada, de forma que não detém o seu controle.

9.2.2) Efeitos financeiros das participações em coligadas

Coligadas	Data base	Investimentos				
		31/03/2016		31/12/2015		
		Valor patrimonial do investimento	Ágio (Prov. perdas)	Total	Total	
Brasiliiana Part.	31/01/2016	1.059.962	(696.435)	b	363.527	363.527
COPEL	31/01/2016	3.427.111	-	a	3.427.111	3.342.065
Fibria	31/01/2016	3.726.741	-	a	3.726.741	3.527.663
Granbio	31/01/2016	115.686	469.806	a	585.492	577.592
JBS	31/01/2016	5.668.685	479.821	a	6.148.506	6.683.574
Tupy	31/01/2016	685.707	-	a	685.707	673.538
Subtotal		14.683.892	253.192		14.937.084	15.167.959
Outras coligadas		929.962	232.957	a	1.162.919	1.237.589
			448.958	a		
			(216.001)	b		
Total		15.613.854	486.149		16.100.003	16.405.548

A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos nas informações trimestrais das coligadas os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base, bem como os efeitos de uniformização de práticas contábeis e os ajustes ao valor justo efetuados por ocasião da aquisição, quando necessário. As informações financeiras das coligadas apresentadas na Nota Explicativa n.º 9.2.3 já contemplam esses efeitos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação dos investimentos em coligadas durante os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015

Coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisições (2)	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (1)	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Vendas/ Resgate de ações / Redução de Capital	Saldo em 31/03/2016
Brasiliãna Part. (3)	363.527	-	(23.354)	(7.503)	156	30.701	-	363.527
COPEL	3.342.065	-	(77.783)	101.322	61.507	-	-	3.427.111
Fibria	3.527.663	-	(23.647)	220.030	2.695	-	-	3.726.741
Granbio	577.592	-	-	6.249	1.651	-	-	585.492
JBS (4)	6.683.574	-	(229.509)	(125.015)	(180.544)	-	-	6.148.506
Tupy	673.538	-	-	3.445	8.724	-	-	685.707
Subtotal	15.167.959	-	(354.293)	198.528	(105.811)	30.701	-	14.937.084
Outras coligadas	1.237.589	18.350	(784)	(79.524)	4.665	(17.377)	-	1.162.919
Total	16.405.548	18.350	(355.077)	119.004	(101.146)	13.324	-	16.100.003

Coligadas	Saldo em 01/01/2015	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas (1)	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Vendas/ Resgate de ações / Redução de Capital	Saldo em 31/03/2015
Brasiliãna (atual AES Tietê Energia) (3)	1.985.961	-	-	53.844	(33.651)	-	-	2.006.154
COPEL	3.131.345	-	-	97.961	17.594	-	-	3.246.900
Fibria	4.471.081	-	(11.781)	(15.100)	(291)	-	-	4.443.909
Granbio	588.385	-	-	(6.775)	268	-	-	581.878
JBS (4)	6.492.058	-	(115.089)	230.150	46.086	-	(315.905)	6.337.300
Tupy	561.873	-	-	129	12.432	-	-	574.434
Subtotal	17.230.703	-	(126.870)	360.209	42.438	-	(315.905)	17.190.575
Outras coligadas	1.313.925	42.766	(1.532)	(101.221)	10.909	(52.870)	(14.380)	1.197.597
Total	18.544.628	42.766	(128.402)	258.988	53.347	(52.870)	(330.285)	18.388.172

(1) A realização por venda dos Ajustes de Avaliação Patrimonial, quando aplicável, está incluída na coluna "Vendas".

(2) Inclui ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de participação societária em coligadas no valor de R\$ 4.698 mil no trimestre findo em 31 de março de 2016.

(3) Em dezembro de 2015 a então coligada Brasiliãna promoveu uma reestruturação societária, iniciada por uma cisão parcial de ativos para a Brasiliãna Part., que resultou na perda de influência significativa da BNDESPAR na Brasiliãna e no investimento da BNDESPAR em nova coligada: Brasiliãna Part.. Ainda no âmbito dessa reestruturação a razão social da Brasiliãna foi alterada para AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia").

(4) Em março de 2015 a BNDESPAR vendeu 34.366 mil ações da JBS, reduzindo seu percentual de participação nesta coligada em 1,19% naquele trimestre.

A BNDESPAR não reconhece perdas decorrentes de investimento em coligadas que apresentam passivo a descoberto, cujo valor acumulado em 31 de março de 2016 totaliza R\$ 198.605 mil (R\$ 269.399 mil em 31 de dezembro de 2015). Durante os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 não foram apuradas perdas para tais coligadas. Nenhuma provisão foi constituída dado que a BNDESPAR não possui obrigação legal ou construtiva de honrar possíveis passivos das coligadas.

A BNDESPAR não possui obrigação relacionada a possíveis passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas são objeto de teste de recuperabilidade semestralmente, tendo o último teste sido efetuado em 31 de dezembro de 2015 em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, uma nova avaliação indicou a necessidade de reversão de provisão para redução ao valor recuperável do investimento em coligadas no valor total de R\$ 13.324 mil, líquida de constituição de R\$ 26.513 mil (no trimestre findo em 31 de março 2015 houve constituição de provisão no valor de R\$ 52.870 mil, líquida de reversão de R\$ 73.035 mil). Tais efeitos estão incluídos na rubrica “Reversão / (constituição) de provisão para perdas em investimentos” na demonstração do resultado.

Durante o trimestre corrente não houve perda por redução ao valor recuperável relevante reconhecida para um ativo individual. No trimestre findo em 31 de março de 2015, a principal perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual totalizou R\$55.495 mil e decorreu da deterioração da situação financeira da coligada tendo como consequência a redução do seu valor justo. O valor justo desse ativo foi estimado em R\$ 44.551 mil e classificado no Nível 3 da hierarquia de classificação de valor justo (conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 46). Tal precificação foi efetuada por meio de modelo de desconto de fluxo de caixa projetado em termos nominais, no período compreendido entre 2015 e 2019 e acrescido, a partir de então, da perpetuidade. O custo médio ponderado de capital utilizado para descontar o fluxo de caixa foi, em termos nominais, de 16,3% ao ano.

9.2.3) Informações financeiras

a) das coligadas:

Coligadas	Valor Contábil– Data base: 31/01/2016 (1)										31/03/2016
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado (2)
Brasiliiana Part.(3)	60.114	2.003.941	46.670	48.884	1.968.501	496	(13.935)	-	289	(13.646)	
COPEL	665.557	16.322.535	384.843	2.302.597	14.300.652	568.918	425.017	-	256.658	681.675	1.494.317
Fibra	3.488.530	30.986.919	3.553.377	18.114.437	12.807.635	2.606.364	756.863	-	9.262	766.125	4.859.864
Granbio (3)	172.324	741.339	18.613	123.813	771.237	677	41.659	-	11.008	52.667	
JBS	20.150.625	45.618.838	20.244.385	18.920.051	26.605.027	6.728.758	(185.673)	-	(870.248)	(1.055.921)	6.241.224
Tupy	1.879.171	3.646.021	934.797	2.158.049	2.432.346	510.118	11.450	-	30.946	42.396	668.616
Subtotal	26.416.321	99.319.593	25.182.685	41.667.831	58.885.398	10.415.331	1.035.381	-	(562.085)	473.296	
Outras coligadas	3.532.964	7.659.774	3.225.168	3.688.082	4.279.488	764.428	181.568	(18.585)	(21.045)	141.938	
Total	29.949.285	106.979.367	28.407.853	45.355.913	63.164.886	11.179.759	1.216.949	(18.585)	(583.130)	615.234	

- (1) As informações financeiras das coligadas foram ajustadas para o cálculo de equivalência patrimonial, conforme observado no item 9.2.2. Adicionalmente, os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a realização dos Outros Resultados Abrangentes originalmente reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.
- (2) Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas.
- (3) Empresa com ações não listadas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) da participação da BNDESPAR nas informações financeiras das coligadas

b.1) nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março 2015:

Coligadas	31/03/2016			31/03/2015		
	Lucros (prejuízos) de operações continuadas e descontinua- das (*)	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Lucros (prejuízos) de operações continuadas e descontinua- das (*)	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Brasileira (atual AES Tietê Energia)	-	-	-	53.844	(33.651)	20.193
Brasileira Part.	(7.503)	156	(7.347)	-	-	-
COPEL	101.322	61.507	162.829	97.961	17.594	115.555
Fibra	220.030	2.695	222.725	(15.100)	(291)	(15.391)
Granbio	6.249	1.651	7.900	(6.775)	268	(6.507)
JBS	(125.015)	(180.544)	(305.559)	230.150	46.086	276.236
Tupy	3.445	8.724	12.169	129	12.432	12.561
Subtotal	<u>198.528</u>	<u>(105.811)</u>	<u>92.717</u>	<u>360.209</u>	<u>42.438</u>	<u>402.647</u>
Outras coligadas	(79.524)	4.665	(74.859)	(101.221)	10.909	(90.312)
Total	<u>119.004</u>	<u>(101.146)</u>	<u>17.858</u>	<u>258.988</u>	<u>53.347</u>	<u>312.335</u>

(*) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas.

9.3) Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda)

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias em outras empresas na categoria “Disponível para Venda” e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados no âmbito da demonstração do resultado abrangente.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: aplicado para (a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e (b) empresas de participações (holding) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, em algumas poucas situações o investimento é mensurado pelo custo (“Valor de Custo”). É o caso de empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é mantido o custo de aquisição.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9.3.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários – Investimento em Ações Disponíveis para Venda

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/03/2016		% participação no capital total em 31/03/2016	31/03/2016	31/12/2015
	Ordinárias	Preferenciais			
NÍVEL 1 – Empresas Listadas					
AES TIETÊ ENERGIA (ex. Brasileira) (1)	107.870	431.480	28,29	1.675.221	1.542.541
BRASKEM S.A.	-	17.942	2,25	417.876	1.114.057
CEMIG	54.343	26.221	6,40	647.000	58.533
COPASA	4.387	-	3,67	82.203	66.587
CPFL	66.914	-	6,74	1.321.555	1.014.419
ECORODOVIAS	21.000	-	3,76	126.210	104.790
ELETROBRÁS	141.758	18.691	11,86	1.131.750	1.006.847
EMBRAER	39.762	-	5,37	941.973	1.193.272
EQUATORIAL	3.273	-	1,65	134.097	112.069
GERDAU	3.708	21.218	1,45	157.762	112.055
IOCHPE	8.254	-	8,70	104.252	100.907
KLABIN (2)	42.573	170.292	4,50	829.750	1.148.659
LIGHT	19.141	-	9,39	188.346	181.263
LINX	3.225	-	6,85	156.600	143.378
MARFRIG	102.202	-	19,63	678.624	646.941
OI	38.255	-	4,63	40.932	94.106
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.667	-	12,36	289.939	231.338
PETROBRAS	11.700	1.341.349	10,37	11.378.291	8.992.947
RENOVA (3)	9.311	18.622	8,76	112.948	245.356
RUMO	23.966	-	8,02	81.006	148.590
SUZANO	-	75.910	6,85	961.780	1.410.408
TOTVS	7.445	-	4,49	204.216	232.581
TRACTEBEL	6.225	-	0,95	229.957	209.041
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELETRICA (4)	9.000	18.000	2,61	182.520	149.940
TPI TRIUNFO	25.966	-	14,75	142.553	121.261
VALE	206.379	66.185	5,20	3.874.961	3.362.065
Subtotal Nível 1				26.092.322	23.743.951
Outras empresas - Nível 1				394.456	310.146
Total Nível 1				26.486.778	24.054.097
NÍVEL 2 – Empresas listadas mas com cotação ajustada e empresas holdings não listadas				3.093.957	2.540.433
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)				381.068	396.074
Custo – Empresas não listadas (Valor de Custo)				1.095.982	1.095.982
TOTAL				31.057.785	28.086.586
Ativo circulante				750.137	-
Ativo não circulante				30.307.648	28.086.586

- (1) A BNDESPAR detém 107.870 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais.
- (2) A BNDESPAR detém 42.573 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais.
- (3) A BNDESPAR detém 9.311 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.
- (4) A BNDESPAR detém 9.000 mil Units de emissão desta empresa, sendo que cada Unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 não houve reclassificação de valores do Nível 1 para o Nível 2.

A movimentação nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificado no Nível 3 é apresentada a seguir:

Saldo em 31/12/2015	396.074	Saldo em 31/12/2014	161.830
. Aquisições de títulos	-	. Aquisições de títulos	21.587
. Ajuste ao valor justo	(15.006)	. Ajuste ao valor justo	(412)
Saldo em 31/03/2016	381.068	Saldo em 31/03/2015	183.005

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, a BNDESPAR realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, a Administração identificou que alguns investimentos em ações classificados como disponíveis para venda passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em relação ao seu custo de aquisição, configurando assim uma evidência objetiva de perda. Combinada com uma análise qualitativa desses ativos, ajustes negativos no valor de R\$ 157.644 mil no trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 1.409.885 mil no trimestre findo em 31 de março de 2015), até então registrados diretamente no Patrimônio Líquido como outros resultados abrangentes, foram reconhecidos no resultado como ajuste de reclassificação por redução ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado do trimestre corrente inclui ainda R\$ 2.977.624 mil (R\$ 188.282 mil no trimestre findo em 31 de março de 2015) referente a ajuste ao valor justo negativo de instrumentos financeiros apurado no período, mas que já apresentavam perda considerada permanente em períodos anteriores. Esses valores totalizam o efeito de R\$ 3.135.268 mil no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 1.598.167 mil no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2015).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. Obrigações por repasses

10.1) Composição

	31/03/2016			31/12/2015		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
BNDES	513.215	-	513.215	500.495	-	500.495
Total	513.215	-	513.215	500.495	-	500.495
Circulante			9.994			107
Não Circulante			503.221			500.388
Total			513.215			500.495

As obrigações por repasses perante o BNDES estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP acrescida de juros de até 2% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2039.

10.2) O vencimento das obrigações por repasses com BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN está demonstrado a seguir:

	31/03/2016		31/12/2015
A vencer:		A vencer:	
2016	9.994	2015	107
2017	-	2016	-
2018	-	2017	-
2019	10.484	2018	10.412
2020	25.162	2019	25.001
Após 2020	467.575	Após 2019	464.975
Total	513.215	Total	500.495

11. Emissão de debêntures

O quadro abaixo apresenta as emissões públicas de debêntures realizadas pela BNDESPAR com saldos a vencer:

Ano	Programa	Oferta	Série	Remuneração	Valor unitário	Valor principal	Vencimento	Atualização monetária e juros	Datas de pagamento dos juros
2009	Segundo	Quarta	Segunda	Indexada ao IPCA	1	610.000	15/01/2015	IPCA + 7,078%	16/01/2012; 15/01/2013; 15/01/2014 e 15/01/2015
2010	Terceiro	Quinta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	525.000	15/01/2017	IPCA + 6,2991%	15/01/2013; 15/01/2014; 15/01/2015; 15/01/2016 e 15/01/2017
2012	Terceiro	Sexta	Primeira	Prefixada	1	409.000	01/07/2016	11,1169%	01/07/2016
			Segunda	Flutuante trimestralmente	1	302.000	01/07/2016	TJ3 + 0,55%	01/07/2016
			Terceira	Indexada ao IPCA	1	1.289.000	15/05/2019	IPCA + 5,399%	15/05/2014; 15/05/2015; 15/05/2016; 15/05/2017 e 15/05/2018

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As escrituras de emissão das debêntures da BNDESPAR preveem algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter não financeiro cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado. O cumprimento dessas cláusulas é acompanhado permanentemente pela BNDESPAR e em 31 de março de 2016 todas as cláusulas foram atendidas.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	31/03/2016	31/12/2015
1º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série	15/01/2017		
Principal corrigido (IPCA)		762.373	739.582
Juros provisionados (6,2991% a.a)		9.484	44.303
		<u>771.857</u>	<u>783.885</u>
2º distribuição – Terceiro Programa			
1ª série	01/07/2016		
Principal		409.000	409.000
Juros provisionados (11,169% a.a)		211.235	195.540
2ª série	01/07/2016		
Principal		302.000	302.000
Juros provisionados (TJ3 + 0,55% a.a)		152.862	137.454
3ª série	15/05/2019		
Principal corrigido (IPCA)		1.721.533	1.670.070
Juros provisionados (5,3999% a.a)		80.883	56.348
		<u>2.877.513</u>	<u>2.770.412</u>
Total		<u>3.649.370</u>	<u>3.554.297</u>
Circulante		1.927.837	1.144.645
Não circulante		1.721.533	2.409.652
Total		<u>3.649.370</u>	<u>3.554.297</u>

12. Impostos e contribuições sobre o lucro**12.1) Corrente**

A BNDESPAR adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/1995 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de março de 2016, a BNDESPAR constituiu provisões para pagamento de contribuição social (alíquota de 9%) e de imposto de renda (alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%). Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

	31/03/2016		31/03/2015	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	(2.519.443)	(2.519.443)	(1.305.305)	(1.305.305)
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(629.861)	(226.750)	(326.326)	(117.477)
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN n.º 2.682/99)	42.390	15.260	3.043	1.095
• Passivo Atuarial – FAPES	1.528	550	2.055	740
• Dividendos de investimentos	(2.186)	(787)	(7.085)	(2.551)
• Créditos baixados como prejuízo	165	59	38.744	13.948
• Equivalência patrimonial	(29.751)	(10.710)	(64.747)	(23.309)
• Permuta de títulos e valores mobiliários	(16.217)	(5.838)	-	-
• Perdão de dívida	-	-	60.868	21.912
• Amortização de ágio, líquida de realização	(134)	-	(3.587)	(1.241)
• Provisão para desvalorização de títulos	780.127	280.846	411.936	148.297
• Provisões trabalhistas e cíveis	5.753	2.071	1.626	585
• Impairment da carteira de crédito	(50.969)	(18.349)	(2.419)	(871)
• Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	42.758	15.393	18.424	6.633
• JSCP – Investimento (-)	11.846	4.265	28	10
• Ganho por compra vantajosa, líquida de realização	(1.174)	(423)	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas	(859)	256	(1.626)	150
Imposto de renda e contribuição social do período	153.416	55.843	130.934	47.921
Ajuste das provisões para IRPJ e CSLL de per anteriores	-	-	308	111
Imposto de renda e contribuição social acumulado	153.416	55.843	131.242	48.032

A alíquota efetiva é a seguinte:

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.519.443)	(1.305.305)
Imposto de renda e contribuição social correntes	209.259	179.274
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(884.459)	(593.604)
Total	(675.200)	(414.330)
Alíquota efetiva	26,80%	31,74%

O saldo a pagar está assim demonstrado:

	31/03/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições sobre o lucro:		
. Provisão		
Imposto de renda	153.416	411.282
Contribuição social	55.843	152.891
	209.259	564.173
. Antecipações		
Imposto de renda	(66.838)	(411.282)
Contribuição social	(36.226)	(152.891)
	(103.064)	(564.173)
Imposto e contribuição a recolher	106.195	-

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/03/2016	31/12/2015
IRPJ/CSLL pagos a maior em anos anteriores	534.762	281.045
IRRF sobre renda fixa	35.521	212.872
IRRF sobre renda variável	2.848	2.114
IRRF – Juros sobre o capital próprio	-	18.087
Antecipações – Incentivo audiovisual	-	-
Outros	1.122	1.122
Total	574.253	515.240
Circulante	574.253	515.240
Não-circulante	-	-
Total	574.253	515.240

12.2) Créditos tributários

	31/03/2016	31/12/2015
. Composição do crédito diferido (posição ativa):		
Amortização de ágio	60.653	60.787
Créditos baixados como prejuízo	19.302	19.077
Provisão para despesas médicas - FAMS	18.610	18.221
Provisão para desvalorização de títulos	8.548.015	7.486.931
Provisões trabalhistas e cíveis	379.046	371.222
Permuta de títulos de valores mobiliários	395.999	418.054
Provisão para participação dos empregados no lucro	25.090	25.090
Ajuste a valor justo – Instrumentos Financeiros	611.156	602.711
(-) Redução ao valor recuperável dos créditos fiscais	(215.261)	-
Subtotal	9.842.610	9.002.093

. Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

Perda atuarial – FAMS	154	239
Subtotal	154	239
Total dos créditos diferidos	9.842.764	9.002.332

. Composição dos impostos diferidos: (posição passiva)

	31/03/2016	31/12/2015
Amortização de deságio	(5.977)	(5.977)
Ganho de capital s/venda de ativo permanente a longo prazo	(60.301)	(60.301)
Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros	(1.212.989)	(1.258.529)
Ganho por compra vantajosa	(746.462)	(744.865)
Subtotal	(2.025.729)	(2.069.672)

. Obrigações diferidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:

AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda	(4.293.419)	(2.303.211)
Subtotal	(4.293.419)	(2.303.211)
Total das obrigações diferidas	(6.319.148)	(4.372.883)

	31/03/2016	31/12/2015
Créditos diferidos	9.842.764	9.002.332
Obrigações diferidas	(6.319.148)	(4.372.883)
Total dos créditos / (obrigações) diferidas	3.523.616	4.629.449

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com a Deliberação CVM n.º 599/2009 foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível. Não existe previsibilidade de compensação de créditos tributários diferidos após 5 anos, exceto para aqueles constituídos anteriormente à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.059/2002 e aos constituídos sobre o *impairment* de determinadas ações classificadas como disponíveis para venda, seguindo a mesma regra adotada pelo controlador, BNDES. Em relação às obrigações tributárias diferidas, estas são constituídas independentemente da expectativa de realização.

Em 31 de março de 2016, a contrapartida no resultado e no patrimônio líquido das provisões de imposto de renda e contribuição social diferido foi:

	31/03/2016	31/03/2015
Resultado		
Imposto de Renda	650.302	436.437
Contribuição Social	234.157	157.167
Total	<u>884.459</u>	<u>593.604</u>
Patrimônio Líquido		
Imposto de Renda	(1.463.450)	249.157
Contribuição Social	(526.842)	89.696
Total	<u>(1.990.292)</u>	<u>338.853</u>

Basicamente os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

- a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída em operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis que estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.
- b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota Explicativa n.º 13.a) e cíveis (Nota Explicativa n.º 13.b).
- c) Provisão sobre a desvalorização de títulos: participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição, pelo método de equivalência patrimonial e pelo valor justo.
- d) Amortização de ágio: ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.
- e) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM n.º 695/2012.
- f) Ajuste a valor justo – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, têm origem, basicamente, de:

- g) Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;
- h) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

Os créditos tributários e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização, reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas. A demonstração dos valores constituídos e baixados no período está evidenciada a seguir:

	31/12/2015	Constituição	Realização	31/03/2016
Créditos tributários:				
. Provisão para desvalorização de títulos	7.486.931	1.075.117	(14.033)	8.548.015
. Créditos baixados como prejuízo	19.077	23.789	(23.564)	19.302
. Amortização de ágio	60.787	-	(134)	60.653
. Provisão para despesas médicas – FAMS	18.221	389	-	18.610
. Provisões trabalhistas e cíveis	371.222	9.027	(1.203)	379.046
. Permuta de títulos de valores mobiliários	418.054	-	(22.055)	395.999
. Provisão para participação dos empregados no lucro	25.090	-	-	25.090
. Ajuste a valor justo – Instrumentos Financeiros	602.711	173.167	(164.722)	611.156
. (-) Redução ao valor recuperável dos créditos fiscais	-	(215.261)	-	(215.261)
Subtotal	9.002.093	1.066.228	(225.711)	9.842.610
Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados				
Abrangentes:				
. Perda atuarial – FAMS	239	-	(85)	154
Subtotal	239	-	(85)	154
Total dos créditos diferidos	9.002.332	1.066.228	(225.796)	9.842.764
Obrigações tributárias:				
. Amortização de deságio	(5.977)	-	-	(5.977)
. Ganho de capital s/venda de ativo permanente à longo prazo	(60.301)	-	-	(60.301)
. Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros	(1.258.529)	(5.642)	51.182	(1.212.989)
. Ganho por compra vantajosa	(744.865)	(1.597)	-	(746.462)
Subtotal	(2.069.672)	(7.239)	51.182	(2.025.729)
Obrigações diferidas reconhecidas sobre Outros Resultados				
Abrangentes:				
. AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda	(2.303.211)	(1.990.208)	-	(4.293.419)
Subtotal	(2.303.211)	(1.990.208)	-	(4.293.419)
Total das obrigações diferidas	(4.372.883)	(1.997.447)	51.182	(6.319.148)

Em 31 de março de 2016 a BNDESPAR totalizou R\$ 3.523.616 de créditos tributários, líquidos dos débitos tributários, (R\$ 4.629.449 de créditos tributários em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de março de 2016 totalizou R\$ 558.179 (R\$ 181.943 em 31 de dezembro de 2015). Este valor refere-se, basicamente, à amortização de ágios, ajuste a valor justo sobre instrumentos financeiros, a redução ao valor recuperável dos créditos fiscais e à provisão para despesas médicas – FAMS.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e das obrigações tributárias:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
.Créditos tributários							
Provisão para desvalorização de títulos	243.636	781.547	1.818.127	1.808.477	1.839.945	2.056.283	8.548.015
Créditos baixados como prejuízo	9.022	10.168	56	56	-	-	19.302
Amortização de ágios	1.304	13.162	13.491	13.357	13.357	5.982	60.653
Permuta de títulos e valores mobiliários	75.260	26.736	26.736	26.736	240.531	-	395.999
Provisão para despesas médicas – FAMS	3.752	3.820	3.765	3.679	3.594	-	18.610
Provisões trabalhistas e cíveis	526	4.170	878	13	373.459	-	379.046
Provisão para participação dos empregados no lucro	25.090	-	-	-	-	-	25.090
Ajuste a valor justo – Instrumentos Financeiros	-	460.900	34.848	53.375	62.033	-	611.156
(-) Redução ao valor recuperável dos créditos fiscais	-	-	(111.173)	(104.088)	-	-	(215.261)
Subtotal	358.590	1.300.503	1.786.728	1.801.605	2.532.919	2.062.265	9.842.610
Créditos diferidos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:							
. Perda atuarial – FAMS	31	32	31	30	30	-	154
Subtotal	31	32	31	30	30	-	154
Total dos créditos diferidos	358.621	1.300.535	1.786.759	1.801.635	2.532.949	2.062.265	9.842.764
. Obrigações Tributárias							
Amortização de deságios	-	(1.494)	(1.494)	(1.494)	(1.495)	-	(5.977)
Ganho de capital s/ venda de ativo permanente à Longo Prazo	(24.830)	(35.471)	-	-	-	-	(60.301)
Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros	(132.467)	(91.919)	(91.919)	(91.920)	(470.054)	(334.710)	(1.212.989)
Ganho por compra vantajosa	(101.180)	(59.661)	(59.662)	(59.662)	(436.145)	(30.152)	(746.462)
Subtotal	(258.477)	(188.545)	(153.075)	(153.076)	(907.694)	(364.862)	(2.025.729)
. Obrigações diferidas reconhecidas sobre Outros Resultados Abrangentes:							
. AVM sobre Instrumentos Financeiros disponíveis para venda	(299.190)	(470.526)	(804.361)	(804.361)	(819.399)	(1.095.582)	(4.293.419)
Subtotal	(299.190)	(470.526)	(804.361)	(804.361)	(819.399)	(1.095.582)	(4.293.419)
Total das obrigações diferidas	(557.667)	(659.071)	(957.436)	(957.437)	(1.727.093)	(1.460.444)	(6.319.148)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	31/03/2016	31/12/2015
Processos trabalhistas	13.951	13.531
Processos cíveis	1.100.890	1.078.299
Total	1.114.841	1.091.830
Circulante	1.549	979
Não Circulante	1.113.292	1.090.851
Total	1.114.841	1.091.830

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2016	1.008	541
2017	12.264	-
2018	472	2.110
2019	13	24
2020	194	1.098.215
Total	13.951	1.100.890

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a horas extras pré-contratadas (extinta quando do advento da Lei n.º 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período e exercício:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do período/exercício	13.531	8.566
Pagamentos	-	(4.543)
Constituições	420	15.768
Reversões	-	(6.260)
Saldo no final do período/exercício	13.951	13.531

Em 31 de março de 2016, existem 14 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 544 (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2015), que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 7 processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A movimentação na rubrica de provisões cíveis foi a seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do período/exercício	1.078.299	926.489
Constituições	26.128	151.810
Reversões	(3.537)	-
Saldo no final do período/exercício	1.100.890	1.078.299

Em 31 de março de 2016, existem 14 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 952.521 (R\$ 928.899 em 31 de dezembro de 2015), dentre os quais 12 processos no valor de R\$ 915.957 (R\$ 893.016 em 31 de dezembro de 2015) se referem a questões tributárias e versam sobre cobrança de PIS e COFINS sobre venda de participações societárias, cobrança de IPTU e questões contratuais.

14. Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 60.344.504, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Pagamento de dividendos

Em 2015 foram pagos dividendos no valor de R\$ 3.062.358, referentes aos dividendos obrigatórios e complementares de 2014, atualizados pela taxa Selic.

Evento	2015		Data do pagamento	Meio de pagamento
	Valor declarado	Valor pago (*)		
Dividendos Obrigatórios – Exercício 2014	689.899	780.548	30/12/2015	Moeda nacional
Dividendos Complementares – Exercício 2014	2.016.814	2.281.810	30/12/2015	Moeda nacional
	2.706.713	3.062.358		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros.

Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros oriundos de práticas contábeis divergentes das utilizadas pelo acionista único – BNDES. De acordo com o estatuto social, o montante destinado para essa reserva é excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

Reserva para dividendos adicionais propostos

Representa uma reserva para pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	714.618	869.420
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	160.802	97.615
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	(90.012)	(93.765)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1)	8.188.237	4.334.426
De títulos próprios	8.334.284	4.470.941
De ativos de empresas coligadas (1)	(146.047)	(136.515)
Total	8.973.645	5.207.696

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. Partes Relacionadas

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento CPC n.º 05, aprovado pela Deliberação CVM n.º 560/2008.

15.1) Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas nas Notas Explicativas n.º 4 (caixa e equivalentes de caixa) e n.º 10.1 (repasses):

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas	2.690.279	1.589.768
Passivo		
Operações de repasses		
Moeda nacional	513.215	500.495
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas:		
Aplicações em operações compromissadas	70.415	43.877
Empréstimos e recebíveis – Debêntures		
Moeda nacional	-	670.012
Despesas:		
Operações de repasses		
Moeda nacional	(11.662)	(102.271)

15.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

Os saldos estão resumidos a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo		
Operações de repasses	-	-
Despesas:		
Operações de repasses	-	(250.450)

15.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Eletrobrás e Petrobras.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Fundos, operações compromissadas, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos e JSCP a receber	2.910.810	1.813.160
Provisão para risco de crédito	(2.205)	(2.234)

A BNDESPAR também investe em ações de algumas dessas Companhias conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 9.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 17:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo		
Passivo atuarial - FAPES – Previdência	250.893	253.899
Passivo atuarial - FAMS – Assistência	190.928	187.830
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes – FAPES - Previdência	(88.602)	(91.578)
Outros resultados abrangentes – FAMS - Assistência	(1.564)	(2.426)
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Despesas:		
Plano de Previdência	(4.628)	(8.055)
Plano de Assistência	(3.959)	(2.394)

15.5) Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Direitos Recebíveis	160.704	157.170
Provisão	(160.704)	(157.170)
Dividendos a receber de coligadas	356.444	1.802

15.6) Remuneração de empregados e dirigentes

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A BNDESPAR também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da BNDESPAR são apresentados como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	247,91	190,32

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

	31/03/2016		31/03/2015	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	8,09	62,25	6,79	52,15
Menor Salário (*)	8,09	3,40	6,79	2,70
Salário (*) Médio	8,09	29,96	6,79	25,50

(*) remuneração mensal sem encargos

16. Resultado (constituição) de provisão para redução no valor recuperável

	31/03/2016	31/03/2015
Reversão (constituição) líquida:		
Debêntures	(4.477)	(30.418)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(63.116)	(15.971)
Direitos recebíveis	34.535	(51.149)
Recuperação de créditos baixados do ativo	67.303	242
Receita (despesa) líquida apropriada	<u><u>34.245</u></u>	<u><u>(97.296)</u></u>

17. Obrigações de benefícios a empregados

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Passivo atuarial – FAPES	250.893	253.899
Passivo atuarial – FAMS	190.928	187.830
Total	<u><u>441.821</u></u>	<u><u>441.729</u></u>
Circulante		
Passivo atuarial – FAPES	11.071	10.736
Passivo atuarial – FAMS	9.355	10.945
	<u>20.426</u>	<u>21.681</u>
Não Circulante		
Passivo atuarial – FAPES	239.822	243.163
Passivo atuarial – FAMS	181.573	176.885
	<u>421.395</u>	<u>420.048</u>

17.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES opera um plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS). É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

É administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

- 1) a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.663,75 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano;
- 2) a possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no benefício básico;

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o plano de benefício, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estrutura Regulatória do plano

O Plano é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- a) **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- b) **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes, e
- c) **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil.

A Resolução CGPC n.º 26/2008 e suas alterações dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O artigo 7º da Resolução MTPS/CNPC n.º 22/2015 define que o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas ou até o limite calculado pela fórmula “Limite da Reserva de Contingência” = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, o que for menor. Somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

Em caso de déficits, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, quando for superior ao limite calculado pela fórmula “Limite de Déficit Técnico Acumulado” = $1\% \times (\text{duração do passivo do Plano} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ (art. 28 da Resolução MTPS/CNPC n.º 22/2015).

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 2050.

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar efetuada por atuário externo, com base nos dados de outubro de 2015 e atualizada até 29 de fevereiro de 2016:

	31/03/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	1.577.756	1.566.397
Valor justo dos ativos do plano	(1.326.862)	(1.312.498)
Valor presente das obrigações atuariais	<u>250.894</u>	<u>253.899</u>

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema *Price* e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	31/03/2016	31/12/2015
Contratos de 2002 (a)	115.932	116.629
Contratos de 2004 (b)	18.222	19.709
Total	<u>134.154</u>	<u>136.338</u>

- (a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas mensais. O pagamento teve início em janeiro de 2003.
- (b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

A FAPES pleiteia junto ao patrocinador do plano (BNDESPAR) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2013 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano. Em 30 de dezembro de 2014, a Administração se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento. Até 31 de março de 2016 não houve manifestação do DEST acerca do pleito, desta forma nenhum passivo adicional foi reconhecido.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do período/exercício	1.566.397	1.612.174
Custo do serviço corrente	1.089	4.181
Custo dos juros da obrigação	51.847	163.827
Contribuições dos participantes do plano	347	1.767
Benefícios pagos	(27.813)	(117.974)
(Ganho) Perdas atuariais	(14.111)	(97.578)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	(1.740)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(34.513)	(201.134)
Ajuste de experiência	20.402	105.296
Saldo no final do período/exercício	<u>1.577.756</u>	<u>1.566.397</u>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do período/exercício	1.312.498	1.249.188
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(11.135)	28.047
Contribuições recebidas do empregador	9.522	24.282
Contribuições recebidas dos participantes do plano	347	1.767
Benefícios pagos	(27.813)	(117.974)
Receita dos juros	43.443	127.188
Saldo no final do período/exercício	<u>1.326.862</u>	<u>1.312.498</u>

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos doze meses, em aproximadamente R\$ 40.525.

A duração média da obrigação atuarial é de 14,80 anos em 31 de março de 2016 (17,34 anos em 31 de dezembro de 2015).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	31/03/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente	1.089	4.181
Custo dos juros da obrigação	51.847	163.827
Receita de juros dos ativos	(43.443)	(127.188)
Total	<u>9.493</u>	<u>40.820</u>

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo do início do período/exercício	91.578	217.204
Ganhos e perdas atuariais da obrigação - premissas financeiras	(14.111)	(97.578)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	11.135	(28.047)
Saldo no final do período/exercício	<u>88.602</u>	<u>91.579</u>

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 2050.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos do plano de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/03/2016				31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	191.068	567.010	427.838	1.185.916	683.337	55.153	403.048	1.141.538
Ações	158.338	-	-	158.338	25.430	-	-	25.430
Multimercado	32.730	512.313	427.838	972.881	657.907	-	403.048	1.060.955
Empresas emergentes	-	1.796	-	1.796	-	1.774	-	1.774
Participações	-	52.901	-	52.901	-	53.379	-	53.379
Imóveis	-	103.205	-	103.205	-	113.788	-	113.788
Locados a terceiros	-	96.494	-	96.494	-	105.246	-	105.246
Locados aos Patrocinadores	-	6.711	-	6.711	-	8.542	-	8.542
Empréstimos e Financiamentos	-	-	52.026	52.026	-	-	49.983	49.983
Subtotal	191.068	670.215	479.864	1.341.147	683.337	168.941	453.031	1.305.309
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo				(14.285)				7.189
Total				<u>1.326.862</u>				<u>1.312.498</u>

O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES montam em R\$ 4.251 em 31 de março de 2016 (R\$ 4.755 em 31 de dezembro de 2015)

A resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das informações trimestrais. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de março de 2016 para os próximos três anos:

31/03/2017	128.431
31/03/2018	134.835
31/03/2019	134.934

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (acréscimo de 1% na taxa vigente) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissas	Variação	Acréscimo no passivo atuarial
Taxa de desconto	Decréscimo de 1%	9,71%
Tábua de mortalidade	Desagravamento em 1 ano	1,19%
Taxa de crescimento salarial	Acréscimo de 1%	0,12%

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17.2) Plano de Assistência Saúde

O Plano de Assistência e Saúde – PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde, garantindo a prestação continuada de serviços de assistência médico-hospitalar, com obstetrícia e odontologia.

O Plano de Assistência e Saúde é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como destinatários os beneficiários titulares e os dependentes destes, tal como definido no Regulamento do Plano.

Os beneficiários do Plano são os empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

As despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2016, a partir da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, com base nos dados de outubro de 2015 e atualizada até 29 de fevereiro de 2016, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	31/03/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações	190.928	187.830
Passivo líquido	190.928	187.830

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A movimentação no saldo da obrigação durante o período/exercício é demonstrada a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo no início do período/exercício	187.830	183.586
Custo do serviço corrente	263	1.038
Custo de juros	6.217	18.791
Benefícios pagos	(2.520)	(10.808)
Perdas (ganhos) atuariais	(862)	(4.777)
Saldo no final do período/exercício	190.928	187.830

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/03/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente	263	1.038
Custo de juros	6.217	18.791
Total	6.480	19.829

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo do início do período/exercício	2.426	7.203
Ganhos e perdas atuariais da obrigação - premissas financeiras	(862)	(4.777)
Saldo no final do período/exercício	1.564	2.426

A BNDESPAR espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para os próximos doze meses, em aproximadamente R\$ 11.128.

A duração média da obrigação atuarial é de 12,90 anos em 31 de março de 2016 (14,91 anos em 31 de dezembro de 2015).

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (decréscimo de 1% a.a. na taxa adotada) e tábuas de mortalidade (desagravamento em um ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissas	Variação	Acréscimo no passivo atuarial
Taxa de desconto	Decréscimo de 1%	12,75%
Tábua de mortalidade	Desagravamento em 1 ano	2,85%
Custos médicos	Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	12,92%

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2016	31/12/2015
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,11 % a.a.	3,14 % a.a.
Grupo Apoio	3,11 % a.a.	2,83 % a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	9,81 % a.a.	9,84 % a.a.
Grupo Apoio	9,81 % a.a.	9,51 % a.a.
Taxa de desconto nominal	14,17 % a.a.	14,02 % a.a.
Taxa de inflação	6,5 % a.a.	6,5 % a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	14,17 % a.a.	14,02 % a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00 % a.a.	5,00 % a.a.

18. Outros benefícios a empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	31/03/2016	31/03/2015
Vale-transporte	143	177
Vale-refeição	2.608	2.795
Assistência educacional	877	955
Total	3.628	3.927

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

• Risco Operacional

A gestão dos riscos operacionais envolve todas as áreas da Instituição, compreendendo a identificação, avaliação e monitoramento de riscos, a gestão de continuidade de negócios e as atividades voltadas para redução das perdas operacionais frequentes e/ou relevantes que decorrem da materialização do risco. A Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do Sistema BNDES e a Política Corporativa de Gestão de Continuidade de Negócios do BNDES, alinhadas aos fundamentos estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.380/2006, constituem a base da estrutura de governança de risco operacional no âmbito da Instituição e orientam a execução das atividades relacionadas ao tema.

• Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de hedge são feitas para o Consolidado, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para o Consolidado.

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Exposição a risco de mercado

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado e liquidez do Sistema BNDES acompanha os números relativos às participações societárias da BNDESPAR em companhias abertas listadas na Bovespa, empresas fechadas e nos fundos de investimentos em participações, realizando a marcação a mercado da carteira de ações das companhias abertas. A apuração do risco de juros, câmbio e preços realizada para o Sistema BNDES obedece as metodologias regulamentares. Adicionalmente, utilizam-se outras metodologias de aferição de risco, dentre elas o VaR (*Value at Risk*).

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis compatíveis com o padrão de risco a ser assumido pela Instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem.

A carteira de negociação da BNDESPAR é atualmente formada por fundos de investimentos geridos por distribuidora de títulos e valores mobiliários. A carteira de negociação tem como maior parte de sua composição operações indexadas à Selic ou ao CDI, e de títulos públicos prefixados.

A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, a ações e cotas de fundos de renda variável, títulos privados com e sem opcionalidade e captações. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços, câmbio e risco de ações. Algumas das ações do BNDES são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Grupo de Risco	Fator de Risco	Exposição em 31/03/2016	Exposição em 31/12/2015
Juros	Selic / DI	2.785.545	2.302.289
Juros	TJLP	(192.865)	(247.645)
Juros	Prefixado (Sujeito a Reprecificação)	(222.833)	12.680.834
Juros	IGPM	202.009	118.499
Juros	IPCA	3.320.608	3.298.269
Juros	TR	(1.114.841)	(1.091.830)
Câmbio	USD	186.998	206.809
Preços	Ações e equivalentes	31.057.785	29.229.891

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução Normativa CVM n.º 475/2008 e Deliberação CVM n.º 604/2009.

Apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros constantes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras /econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n.º 475/2008:

- identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/2009, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/2008, com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- o cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações em 31 de março de 2016 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O termo “ações e equivalentes” utilizado no quadro abaixo se refere à carteira de participações acionárias em empresas não coligadas (“ações”) e a instrumentos financeiros com características de títulos patrimoniais (“equivalentes”), classificados no balanço patrimonial como disponível para venda.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado, com posição em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Grupo de Risco	Fator de Risco	Risco	31/03/2016		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	3.826	(50.748)	(84.581)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	-	(2.387)	(4.773)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	(2.839)	(4.441)	(8.883)
Juros	IGPM	Queda do IGPM	39	(1.624)	(2.707)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	(9.730)	(30.437)	(50.728)
Juros	TR	Alta na TR	(6.235)	(2.580)	(5.160)
Câmbio	USD	Queda do câmbio BRL/USD	15.667	(24.684)	(41.140)
Preços	Ações e equivalentes	Queda no preço das ações	4.082.521	(5.124.534)	(10.249.069)

Grupo de Risco	Fator de Risco	Risco	31/12/2015		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	(8.909)	(48.218)	(80.363)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	-	(3.269)	(6.538)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	(5.754)	(2.234)	(4.468)
Juros	IGPM	Queda do IGPM	(792)	(1.177)	(1.961)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	(30.266)	(37.313)	(62.188)
Juros	TR	Alta na TR	1.422	(4.211)	(8.421)
Câmbio	USD	Queda do câmbio BRL/USD	10.319	(27.299)	(45.498)
Preços	Ações e equivalentes	Queda no preço das ações	4.178.503	(4.814.589)	(9.629.178)

No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo do referido título.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DERIVATIVOS DE OPERAÇÕES DE RENDA VARIÁVEL

Instrumento	Risco	31/03/2016		
		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Opcionalidade presente em debêntures	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(428.398)	(820.104)
Opcionalidade associada a participações acionárias	Alta no preço do ativo objeto (ações)	-	43.484	75.110
Opcionalidade associada a participações acionárias	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(59.814)	(137.373)
Instrumento	Risco	31/12/2015		
		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Opcionalidade presente em debêntures	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(585.328)	(1.150.407)
Opcionalidade associada a participações acionárias	Alta no preço do ativo objeto (ações)	-	36.514	62.530
Opcionalidade associada a participações acionárias	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(52.951)	(127.030)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado do Banco, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cabe observar que os impactos das exposições financeiras decorrentes das opções de venda detidas e opções de compra de ações cedidas pela BNDESPAR não representam potencial prejuízo para a Companhia, uma vez que, sob o ponto de vista econômico, a deterioração do valor de tais opções é compensada pela apreciação do valor de mercado das respectivas ações subjacentes já presentes na carteira da BNDESPAR, constituindo uma espécie de “hedge natural”.

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Fluxo nominal de principal e juros dos passivos financeiros:

Vencimentos	31/03/2016			
	Repasses		Debêntures	Outras obrigações (*)
	BNDES	STN		
2016	-	-	1.201.368	76.000
2017	-	-	902.968	22.612
2018	-	-	92.241	-
2019	26.968	-	1.814.476	-
2020	62.835	-	-	-
Após 2020	809.467	-	-	-
Total	899.270	-	4.011.053	98.612

Vencimentos	31/12/2015			
	Repasses		Debêntures	Outras obrigações (*)
	BNDES	STN		
2016	-	-	1.244.628	96.000
2017	-	-	875.617	22.612
2018	-	-	89.448	-
2019	26.796	-	1.759.518	-
2020	62.434	-	-	-
Após 2020	804.297	-	-	-
Total	893.527	-	3.969.211	118.612

(*) Inclui: Instrumentos financeiros derivativos, aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos a pagar.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito no BNDES é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira da Instituição. Atualmente é utilizada a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. De modo semelhante ao tratamento aplicado à carteira de ativos do BNDES, também os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3.644/2013.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para as seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Entretanto, merece ser destacado que, para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basileia, as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basileia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. O valor da parcela RWACPAD é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R\$ 42.603 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 44.663 milhões, em 31 de março de 2016. Destacou-se no período um aumento de R\$ 2.739 milhões no valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	R\$ milhões	
	31/03/2016	31/12/2015
<i>Itens On Balance</i>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.008	30.268
Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado	4.519	5.297
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.420	5.937
Outros	1.419	792
<i>Itens Off Balance</i>		
Compromissos a Liberar	297	309
Total	44.663	42.603

20. Gestão de capital

Os principais objetivos, do BNDES e de suas controladas, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera;
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.192/2013; e,
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 6º ao 9º da Resolução CMN nº 4.193/2013.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente àqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21. Contragarantias prestadas

A Companhia ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos no montante de US\$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

22. Informações por segmento

O relatório de Informações por Segmento de Negócios segue as premissas utilizadas no relatório interno fornecido ao “principal gestor das operações”, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. Na BNDESPAR, “o principal gestor das operações” é sua Diretoria, que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos operacionais, conforme previsto no Pronunciamento CPC 22.

Na identificação de seus segmentos divulgáveis, a BNDESPAR organiza suas operações em dois segmentos, em linha com os produtos e serviços que viabilizam seu apoio financeiro: “Renda Fixa”, apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa; e “Renda Variável”, apoio financeiro através de instrumentos de renda variável. O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de aquisição/subscrição de debêntures e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, enquanto o apoio financeiro através de instrumentos de renda variável inclui basicamente a aquisição de participações societárias e de cotas de fundos de participações. Os recursos excedentes, após aplicação nos segmentos de renda fixa e de renda variável, representam as disponibilidades e compõem “Outros Segmentos”.

A alocação do custo do funding aos segmentos operacionais obedece às seguintes premissas: (i) “Renda Variável”: alocação, primeiramente, de recursos próprios, fonte não onerosa, e, caso estes sejam insuficientes, são alocados recursos menos onerosos; (ii) “Outros Segmentos”: alocação das fontes de recursos mais onerosas; e (iii) “Renda Fixa”: o custo alocado é a diferença entre o custo de captação total e os custos de captação alocados ao segmento de renda variável e aos outros segmentos.

As práticas contábeis adotadas na elaboração da informação por segmentos operacionais estão em linha com as práticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis, não sendo necessária qualquer conciliação entre as práticas.

A BNDESPAR avalia o desempenho de seus segmentos com base no lucro operacional líquido. Os tributos sobre o lucro e as despesas tributárias são monitorados de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para atendimento do item 23.i do CPC 22, em 2016, retroativamente a 2015, os itens não caixa de efeito relevante foram destacados na informação por segmento. Não houve qualquer reclassificação entre os segmentos; tão somente a reclassificação de saldos classificados como receitas ou despesas para itens não caixa relevantes. Em 2015, para alinhamento a 2016, o saldo de atualização monetária e juros de emissões de debêntures foi reclassificado do saldo de despesas operacionais do segmento de renda fixa.

As informações por segmento operacional foram analisadas e são demonstradas a seguir:

Em 31 de março de 2016

	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	468.219	390.699	70.415	-	929.333
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	466.179	-	70.415	-	536.594
Resultado com fundos de investimentos	-	(68.858)	-	-	(68.858)
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	446.114	-	-	446.114
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	8.745	-	-	8.745
Outras receitas	2.040	4.698	-	-	6.738
DESPESAS OPERACIONAIS	(170)	-	(11.662)	-	(11.832)
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	-	-	(11.662)	-	(11.662)
Outras despesas	(170)	-	-	-	(170)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	(132.731)	(132.731)
Despesas com pessoal	-	-	-	(72.361)	(72.361)
Despesas tributárias	-	-	-	(54.991)	(54.991)
Despesas administrativas	-	-	-	(22.196)	(22.196)
Atualização monetária de ativos e passivos	-	-	-	15.878	15.878
Depreciação	-	-	-	(1.220)	(1.220)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	2.159	2.159
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	(107.232)	(3.173.970)	-	(23.011)	(3.304.213)
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	34.245	-	-	-	34.245
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	-	-	-	(23.011)	(23.011)
Resultado de equivalência patrimonial	-	119.004	-	-	119.004
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(141.477)	-	-	-	(141.477)
Constituição (reversão) da provisão para perdas em investimentos	-	(3.121.944)	-	-	(3.121.944)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(171.030)	-	-	(171.030)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	360.817	(2.783.271)	58.753	(155.742)	(2.519.443)
Tributos sobre o lucro	-	-	-	675.200	675.200
Participação dos empregados	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	360.817	(2.783.271)	58.753	519.458	(1.844.243)
ATIVOS EM 31/3/2016	12.736.109	48.786.265	2.690.279	5.138.709	69.351.362
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/3/2016	-	16.100.003	-	-	16.100.003

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31 de março de 2015

	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	621.521	284.201	-	-	905.722
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	475.627	-	-	-	475.627
Resultado com fundos de investimentos	-	(63.476)	-	-	(63.476)
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	316.407	-	-	316.407
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	31.270	-	-	31.270
Outras receitas	145.894	-	-	-	145.894
DESPESAS OPERACIONAIS	(103.805)	-	(2.000)	-	(105.805)
Despesa de captação	(103.805)	-	(2.000)	-	(105.805)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(19.454)	360	-	(123.477)	(142.571)
Despesas com pessoal	-	-	-	(77.002)	(77.002)
Despesas tributárias	-	-	-	(9.197)	(9.197)
Despesas administrativas	-	-	-	(25.358)	(25.358)
Atualização monetária de ativos e passivos	(19.454)	360	-	-	(19.094)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	(11.920)	(11.920)
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	(242.386)	(1.709.216)	-	(11.049)	(1.962.651)
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	(97.296)	-	-	-	(97.296)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	-	-	-	(11.049)	(11.049)
Resultado de equivalência patrimonial	-	258.988	-	-	258.988
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(145.090)	-	-	-	(145.090)
Constituição (reversão) da provisão para perdas em investimentos	-	(1.651.037)	-	-	(1.651.037)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(317.167)	-	-	(317.167)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	255.876	(1.424.655)	(2.000)	(134.526)	(1.305.305)
Tributos sobre o lucro	-	-	-	414.330	414.330
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	255.876	(1.424.655)	(2.000)	279.804	(890.975)
ATIVOS EM 31/3/2015	18.254.172	53.034.128	127.737	4.038.955	75.454.992
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/3/2015	-	18.388.172	-	-	18.388.172

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
LUCIANO GALVÃO COUTINHO
MARCELO MAIA TAVARES DE ARAUJO
MARCOS VINICIUS DE SOUZA
DANIEL MARTELETO GODINHO
JORGE SABA ARBACHE FILHO

CONSELHO FISCAL:

LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
CLAUDIO AZEVEDO COSTA
JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
VINÍCIUS MENDONÇA NEIVA – Suplente
GERMANO DE OLIVEIRA FARIAS - Suplente

DIRETORIA:

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor- Presidente
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Diretor-Superintendente
FERNANDO MARQUES DOS SANTOS – Diretor
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor
JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO – Diretor
JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Diretor
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor
ROBERTO ZURLI MACHADO – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE AÇÕES - POSIÇÃO: 31/03/2016**

Empresas	% Total	% ON	% PN
AES ELPA S.A.	(*)	(*)	0,00
AES TIETÊ ENERGIA S/A	28,29	14,36	37,35
AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.	(*)	(*)	0,00
ALTUS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A.	34,84	0,58	100,00
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	0,03	0,01	0,08
AMATA S.A.	13,09	14,29	0,00
BCPAR S.A.	10,96	0,00	57,14
BIOMM S.A.	13,99	13,99	0,00
BOMBRIL S.A.	10,61	0,00	16,85
BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S/A	53,85	50,00	100,00
BRASKEM S.A.	2,25	0,00	5,19
BRASPÉROLA IND. E COMÉRCIO S/A	3,81	0,00	7,86
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	0,12	0,12	0,00
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A	22,98	22,98	0,00
CARBOMIL S.A.- MINERAÇÃO E INDÚSTRIA	30,00	0,00	100,00
CASA ANGLO BRASILEIRA S.A.	22,34	0,00	37,10
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	11,86	13,04	7,04
CIA. BRAS. DE PART. AGROINDUSTRIAL	5,87	5,87	0,00
CIA. DE ABAST.D'AGUA E SANEAMENTO DO ESTADO-AL	(*)	0,00	1,27
CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	6,27	0,00	11,49
CIA. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE - CTTU	11,90	4,73	38,85
CIA. DE TRANSPORTES COLETIVOS DO RIO DE JANEIRO - CTC	1,39	1,39	0,00
CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	0,02	0,02	0,00
CIPHER S.A.	23,27	23,27	0,00
CI&T SOFTWARE S/A	31,83	0,00	100,00
COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL	33,42	33,42	0,00
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	(*)	0,00	0,01
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG	3,67	3,67	0,00
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG	34,56	34,56	0,00
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	6,40	12,92	3,13
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	23,96	26,41	21,21
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	0,63	0,63	0,00
COMTRAFO INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ELÉTRICOS S.A.	0,57	0,00	100,00
CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.	2,96	1,71	3,62
COSAN LOGÍSTICA S/A	0,03	0,03	0,00
COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,03	0,03	0,00
CPFL ENERGIA S.A.	6,74	6,74	0,00
CTC CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A	11,10	11,10	0,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES	1,28	1,28	0,00
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	3,76	3,76	0,00
ELEBRA S.A. - ELETRÔNICA BRASILEIRA	(*)	0,00	(*)
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A	0,34	(*)	0,56
EMBRAER S.A.	5,37	5,37	0,00
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DO ESTADO DE GOIÁS S/A	6,56	5,09	100,00
ENERGISA S.A.	0,59	0,25	0,91
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	1,65	1,65	0,00
ERB - ENERGIAS RENOVAVEIS DO BRASIL S.A.	8,31	8,31	0,00
ESTRUTURADORA BRASILEIRA DE PROJETOS S.A.	19,61	11,11	44,44
FIBRIA CELULOSE S.A.	29,08	29,08	0,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

GAFISA S.A.	2,59	2,59	0,00
GERDAU S.A.	1,45	0,65	1,85
GRANBIO INVESTIMENTOS S/A	15,00	15,00	0,00
HIDROVIAS DO BRASIL S/A	1,95	1,95	0,00
INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.	21,81	0,00	100,00
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S.A.	35,00	0,00	100,00
IOCHPE - MAXION S.A.	8,70	8,70	0,00
JBS S.A.	20,36	20,36	0,00
KEPLER WEBER S.A.	0,47	0,47	0,00
KLABIN S.A.	4,50	2,30	5,90
LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.	30,28	30,28	0,00
LIFEMED INDL DE EQUIP E ART MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.	22,00	22,00	0,00
LIGHT S.A.	9,39	9,39	0,00
LINX S.A.	6,85	6,85	0,00
LOJAS ARAPUÁ S.A.	4,22	0,00	8,79
LUPATECH S.A.	29,61	29,61	0,00
MADEF S/A- INDÚSTRIA E COMÉRCIO	20,29	0,00	26,46
MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	3,21	3,21	0,00
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	19,63	19,63	0,00
METALÚRGICA GERDAU S.A.	0,15	0,00	0,22
METANOR S.A. METANOL DO NORDESTE	5,57	0,00	8,36
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	1,56	1,56	0,00
NANOCORE BIOTECNOLOGIA S.A.	33,01	0,00	100,00
NESBER S.A.	20,00	20,00	0,00
NETUNO ALIMENTOS S.A.	33,28	0,00	100,00
NORTEC QUÍMICA S.A.	20,00	20,00	0,00
OCEANA OFFSHORE S.A.	20,00	20,00	20,00
ODEBRECHT TRANSPORT S.A	10,61	10,61	0,00
OI S.A.	4,63	5,73	0,00
OURO FINO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.	12,78	12,78	0,00
OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.	12,36	12,36	0,00
PADTEC S.A.	19,37	19,37	0,00
PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	0,95	0,95	0,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	10,37	0,16	23,94
POLY EASY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	24,50	0,00	100,00
PRATICA PARTICIPAÇÕES S.A.	9,01	0,00	47,40
PROCABLE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES S.A.	29,42	0,00	100,00
PROGEN - PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.	10,01	0,00	100,00
QUALITY SOFTWARE S.A.	29,53	29,53	0,00
RECEPTA BIOPHARMA S.A.	16,28	0,00	100,00
REDE ENERGIA S.A.	3,94	0,00	12,70
RENOVA ENERGIA S.A.	8,76	3,93	22,74
ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.	17,86	17,86	0,00
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	0,99	0,99	0,00
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S/A	8,02	8,02	0,00
S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ	29,65	30,12	(*)
SAM INDÚSTRIAS S.A.	5,39	8,06	0,00
SEGURADORA BRASILEIRA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	12,09	12,09	0,00
SENIOR SOLUTION S.A.	11,44	11,44	0,00
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.	3,62	3,62	0,00
STARA SA IND DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS	10,26	10,26	0,00
SUNEW FILMES FOTOVOLTAICOS IMPRESSOS S.A.	26,10	26,10	0,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	6,85	0,00	10,31
TAUM CHEMIE INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS S.A.	36,36	0,00	100,00
TBM - TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A.	35,00	42,10	0,00
TECSIS - TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS S.A.	31,68	36,52	0,00
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	0,24	0,24	0,00
TOTVS S.A.	4,49	4,49	0,00
TPI TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	14,75	14,75	0,00
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	0,95	0,95	0,00
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	2,61	1,40	4,58
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.	4,16	0,91	8,00
TUPY S.A.	28,19	28,19	0,00
UNITEC SEMICONDUCTORES S.A.	33,02	40,67	0,00
VALEPAR S.A.	9,47	11,51	0,00
VALE S.A.	5,20	6,41	3,26
ZENVIA MOBILE SERVICOS DIGITAIS S.A.	12,83	12,83	0,00

(*) Percentual inferior a 0,01%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE DEBÊNTURES - POSIÇÃO: 31/03/2016**

Empresas	Quantidade de debêntures
CEMIG TELECOMUNICACOES S/A - CEMIGTELECOM	42.018
COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS	51.856
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA	3.000
CONTAX PARTICIPACOES S/A	253.362
CONTEM 1G S/A	1.129.730
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	4.913
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	30
DURATEX S/A	488.176
EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA	300
ETH BIO PARTICIPAÇÕES	169.000
ALL AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA NORTE S/A	10.000
COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS - GASMIG	150.649
HYPERMARCAS S/A	527.753
IOCHPE-MAXION S/A	85.500
KLABIN S/A	57.660.024
LOJAS AMERICANAS S/A	75.958
MARFRIG GLOBAL FOODS S/A	214.892
NANAK RJ PARTICIPACOES S/A	125.000
ODEBRECHT ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A	200.000
REFINARIA ALBERTO PASQUALINI S/A - REFAP	50.799
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP	90
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	4.770
TOTVS S/A	78.912
VALE S/A	8.338.046
ENERGISA S/A	998.802
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE	120
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	19.300
COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS	134.085

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Acionista e aos Administradores da

BNDES Participações S.A. - BNDESPAR

Brasília - DF

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-14428/O-6 F-DF

Bruno Vergasta Oliveira

Contador CRC RJ-093416/O-T